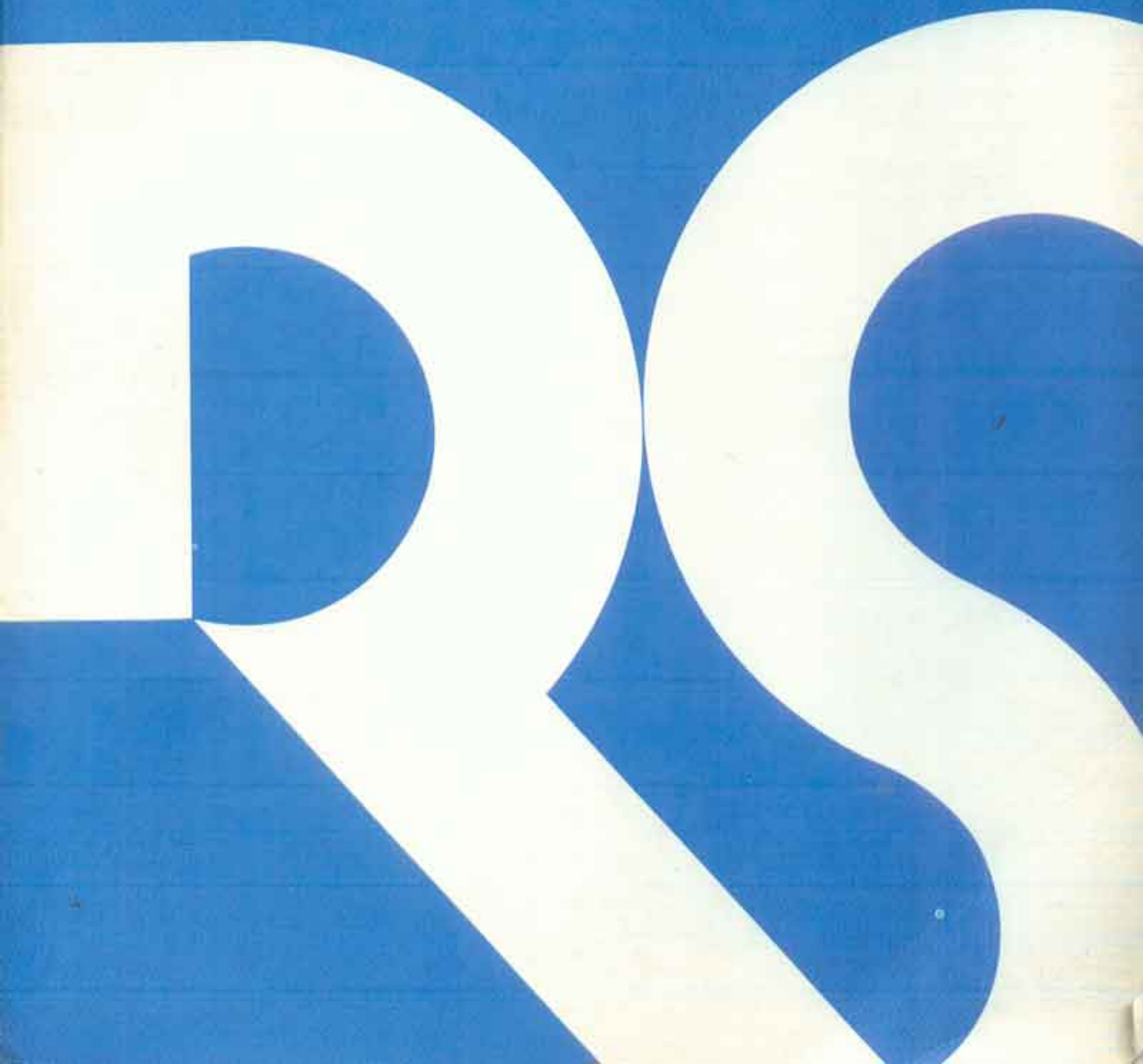


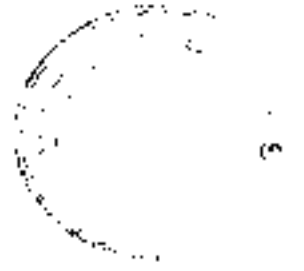
**BALANÇO GERAL**  
**1973**





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
CONTADORIA E AUDITORIA GERAL DO ESTADO

**BALANÇO GERAL**  
**1973**



Í N D I C E

**EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL  
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

Apresentação .....	XI
Despesas Autorizadas e Recursos Financeiros .....	XIII-XXIII
Despesas Autorizadas .....	XIII
Créditos Ordinários .....	XIII
Créditos Especiais .....	XVI
Recursos Financeiros .....	XVII
Fundo Geral .....	XVII
Fundos Especiais .....	XIX
Operações de Crédito .....	XX
Resultado Presumível do Exercício .....	XXII
Balanço Financeiro .....	XXIV-LXI
Execução do Orçamento .....	XXIV
Análise da Receita .....	XXVII
Receitas Correntes .....	XXVII
Receita Tributária .....	XXVII
Receita Patrimonial .....	XXXI
Receita Industrial .....	XXXII
Transferências Correntes .....	XXXIII
Receitas Diversas .....	XXXIV
Receitas de Capital .....	XXXVI
Análise da Despesa .....	XXXIX
Confronto da Despesa Fixada com a Realizada .....	XLVI
Evolução da Despesa .....	XLIX
Demonstração da Execução Orçamentária segundo as Categorias <u>E</u> conômicas .....	LIV
Análise do Resultado Financeiro do Exercício .....	LVII
Operações Extra-Orçamentárias .....	LIX
Balanço Patrimonial .....	LXII-LXXXVII
Ativo do Estado .....	LXIII
Ativo Financeiro .....	LXIII
Ativo Permanente .....	LXV
Dívidas do Estado .....	LXXIV
Dívida Fundada Externa .....	LXXVI
Dívida Fundada Interna .....	LXXVIII
Dívida Flutuante .....	LXXXIII
Restos a Pagar .....	LXXXIII
Serviço da Dívida a Pagar .....	LXXXIV
Depósitos .....	LXXXV
Débitos de Tesouraria .....	LXXXV
Diversos .....	LXXXVI
Demonstração das Variações Patrimoniais .....	LXXXVIII-XCI
Apuração do Descoberto Financeiro em 31/12/73 .....	XCII-CVI
Considerações Finais .....	CVII

**BALANÇO GERAL  
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	3
BALANÇO FINANCEIRO .....	4-5
Modelo Padrão .....	4
Análise do Modelo Padrão .....	5
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	6-41
Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas .....	6
Receita .....	7-13
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada .....	7
Demonstração da Receita por Estação Arrecadadora .....	10
Despesa .....	14-41
Demonstração da Despesa pelas Funções segundo as Categorias Econômicas ..	14
Demonstração da Despesa pelas Categorias Econômicas segundo as Funções ..	17
Demonstração da Despesa pelas Unidades Orçamentárias segundo as Categorias Econômicas .....	18
Demonstração da Despesa pelas Unidades Orçamentárias segundo as Funções .	21
Demonstração da Despesa por Rubrica .....	24
Créditos Especiais segundo os respectivos Recursos Financeiros .....	29
Demonstração das Operações Extra-Orçamentárias .....	33
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	42-44
Modelo Padrão .....	42
Análise do Modelo Padrão .....	43
BALANÇO PATRIMONIAL .....	45-121
ANÁLISE DO ATIVO .....	46- 81
Financeiro .....	46- 73
Disponível .....	46- 57
Caixa Geral .....	46
Bancos, c/Disponíveis .....	47
Exatorias .....	50
Coordenadorias .....	56
Remessas de Exatores .....	57
Vinculado .....	58
Bancos, c/Vinculadas .....	58
Realizável .....	59- 73
Diversos Responsáveis .....	59
Devedores Diversos .....	64
Suprimentos Autorizados .....	67
Prefeituras, c/Devedoras .....	68
Valores do Estado .....	73
Permanente .....	74- 81
Prefeituras, c/Empréstimo Externo 1927 .....	74
Devedores por Empréstimos .....	75
Prefeituras, c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa .....	77
Participações em Sociedades de Economia Mista Estaduais .....	78
Participações Diversas .....	79
Fundos para Financiamentos .....	80
Almoxarifados .....	81
ANÁLISE DO PASSIVO .....	82-113
Financeiro .....	82-109
Dívida Flutuante .....	82
Depósitos de Consignatários .....	89
Depósitos de Responsáveis .....	91
Retenções .....	93
Cauções .....	98
Depósitos de Autarquias .....	105
Empréstimos por Antecipação da Receita .....	106
Contribuições para Autarquias .....	107

Contribuições para Fundações .....	108
Prefeituras, c/Credoras .....	109
Permanente .....	110-113
Dívida Fundada Interna .....	110
Dívida Fundada Externa \.....	112
<b>ANÁLISE DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO .....</b>	<b>114-121</b>
Valores em Poder de Terceiros .....	114
Valores Nominais Emitidos .....	115
Contratos Afiançados .....	116
Caixa de Títulos e Valores do Estado .....	118
Valores de Terceiros .....	119
Créditos Especiais Transferidos para 1974 .....	120

### **ANÁLISE DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

(COMPARATIVO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA, POR ORGÃOS ADMINISTRATIVOS,  
CATEGORIAS ECONÔMICAS, ELEMENTOS E RUBRICAS)

<b>PODER LEGISLATIVO .....</b>	<b>125-128</b>
Elaboração Legislativa .....	125
Plano de Subvenções e Auxílios .....	127
<b>TRIBUNAL DE CONTAS .....</b>	<b>129-130</b>
Controle Externo da Administração .....	129
<b>PODER EXECUTIVO .....</b>	<b>131-139</b>
Chefia do Poder Executivo .....	131
Plano de Subvenções e Auxílios .....	134
Ministério Público .....	135
Consultoria Jurídica .....	136
Representação do Estado do Rio Grande do Sul em Brasília .....	137
<b>SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA .....</b>	<b>141-151</b>
Administração Central .....	141
Registro Público das Atividades Econômicas .....	143
Guarda de Documentos .....	144
Serviços Penitenciários .....	145
Processo Consultivo e Opinativo .....	148
Assistência Técnico-Administrativa ao Município .....	149
<b>SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO .....</b>	<b>153-159</b>
Coordenação e Planejamento .....	153
Serviços de Estatística .....	155
Desenvolvimento de Recursos Humanos da Administração Estadual .....	157
Planejamento e Implantação de Distritos e Áreas Industriais .....	158
<b>SECRETARIA DA FAZENDA .....</b>	<b>161-175</b>
Administração Central .....	161
Elaboração Orçamentária e Assessoramento Técnico .....	163
Relevação Contábil, Controle Interno da Administração Econômico-Financeira e Assessoramento Técnico .....	164
Assistência Jurídico-Fiscal .....	165
Administração Financeira e Tributária .....	166
Julgamento de Questões Fiscais .....	168
Administração do Material .....	169
Encargos Gerais do Estado .....	171
Fundo de Reserva Orçamentária .....	175
<b>SECRETARIA DA AGRICULTURA .....</b>	<b>177-193</b>
Administração Central .....	177
Administração Interna .....	178
Fomento e Defesa da Produção Vegetal .....	180

Preservação e Mobilização de Recursos Naturais Renováveis .....	182
Fomento e Defesa da Produção Animal .....	184
Obras de Infraestrutura de Apoio à Agricultura .....	187
Desenvolvimento Industrial da Pesca Rio-Grandense .....	189
Apoio Técnico de Planejamento, Economia e Divulgação Agrícola .....	191
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO .....	195-198
Administração Central .....	195
Desenvolvimento Econômico .....	196
SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES .....	199-200
Administração Central .....	199
SECRETARIA DOS TRANSPORTES .....	201-202
Administração Central .....	201
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA .....	203-220
Administração Central .....	203
Educação Fundamental .....	205
Educação Média .....	208
Assuntos Universitários .....	210
Assuntos Culturais .....	211
Educação Física e Desportos .....	213
Educação Especializada .....	216
Assistência ao Educando .....	218
Plano de Subvenções e Auxílios .....	219
SECRETARIA DA SAÚDE .....	221-229
Administração Central .....	221
Assistência Médico-Sanitária .....	223
Assistência Médico-Hospitalar .....	227
SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL .....	231-239
Administração Central .....	231
Assistência ao Trabalhador .....	233
Habitação .....	235
Promoção Social .....	236
Assistência ao Menor .....	238
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS .....	241-249
Administração Central .....	241
Programação de Obras Públicas e Edificações .....	242
Programação Regional e Urbana .....	244
Parques Estaduais .....	245
Administração Regional .....	247
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA .....	251-262
Administração Superior .....	251
Serviços Policiais .....	253
Serviços de Policiamento no Interior do Estado .....	256
Administração Geral da Brigada Militar e Serviços de Policiamento e de Guarda .....	258
Serviços de Prevenção e Extinção de Incêndios .....	260
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO .....	263-267
Administração Central .....	263
Manutenção e Transportes .....	264
Serviços Gráficos do Estado .....	266
SECRETARIA DE TURISMO .....	269-271
Fomento ao Turismo .....	269
PODER JUDICIÁRIO .....	273-281
Tribunal de Justiça .....	273
Tribunal de Alçada .....	274
Tribunais do Juri e Juizados .....	276
Juizado de Menores .....	278
Justiça Militar do Estado .....	280

**EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL  
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

Porto Alegre, 15 de abril de 1974.

Exposição sobre o Balanço Geral da Administração Direta do Estado, referente ao exercício de 1973, apresentada ao Excelentíssimo Senhor Professor JOSÉ HIPÓLITO MACHADO DE CAMPOS, Digníssimo Secretário de Estado da Fazenda.

Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda:

Apraz-me transmitir a Vossa Excelência o Balanço Geral da Administração Direta, referente ao exercício econômico-financeiro de 1973, em cumprimento ao que estatuem a Lei nº 521, de 28 de dezembro de 1948, e o Decreto nº 22.324, de 30 de dezembro de 1972.

O mencionado documento está constituído por numerosas peças, elaboradas em consonância com a legislação em vigor e atendidos os requisitos da técnica contábil.

A fim de facilitar a leitura do Balanço Geral e a interpretação dos fatos da gestão econômico-financeira, elaboramos a presente exposição que, a teor das disposições legais vigentes, integra a prestação de contas que incumbe ao Chefe do Poder Executivo apresentar à Egrégia Assembléia Legislativa do Estado, nos termos do inciso XVII do artigo 66 da Constituição do Estado, de 27 de janeiro de 1970.

Objetiva também esta exposição colaborar com os órgãos máximos de fiscalização e julgamento das contas governamentais, bem como propiciar à Administração do Estado elementos úteis para a tomada de decisões.



## 1 - DESPESAS AUTORIZADAS E RECURSOS FINANCEIROS

A despesa autorizada para o exercício econômico-financeiro de 1973, a través do orçamento ordinário e respectivas alterações, e de créditos especiais, bem como os recursos financeiros a ela vinculados, cifraram-se em Cr\$ 4.116.349.446,68 , havendo, portanto, equilíbrio nas previsões.

No presente capítulo far-se-á detalhada análise de despesa fixada e dos recursos financeiros que lhe deram cobertura.

### 1.1.0 - DESPESAS AUTORIZADAS

A despesa fixada para o exercício de 1973 está compreendida no orçamento anual e em créditos especiais, uma vez que nesse período não se verificou a abertura de créditos extraordinários. A apreciação dessas autorizações será feita se gundo a natureza dos créditos.

#### 1.1.1 - CRÉDITOS ORDINÁRIOS

O orçamento inicial, aprovado pela Lei nº 6.453, de 11 de dezembro de 1972, fixou a despesa em Cr\$ 3.555.832.731,00.

Diante da defasagem existente entre o início do processo de elaboração da proposta orçamentária e a execução do orçamento, torna-se imprescindível ajus tar esse instrumento às necessidades da Administração. Dessa forma, o orçamento inici almente votado foi passível de numerosas alterações, tanto qualitativas como quantita tivas.

O ajustamento das autorizações de despesa determinou que das 2.937 ru bricas orçamentárias, grupadas em 75 programas, 903 fossem suplementadas e 660 reduzi das, total ou parcialmente.

O montante das suplementações atingiu Cr\$ 1.024.141.043,96 e o das re duções, Cr\$ 629.748.187,10.

As rubricas que sofreram cancelamentos mais significativos assim se discriminam:

.....

Secretaria de Coordenação e Planejamento

5.01 4.3.5.0 Contribuições Diversas

Projeto nº 7 - Cooperação para Projetos Municipais e Comunitários - Centros de Educação Física - Ginásios cobertos .....

8.000.000,00

Secretaria da Fazenda

6.08 4.2.2.0 Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras

Companhia Estadual de Silos e Armazéns  
Aplicação da Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns .....

10.006.977,71

4.2.4.0 Constituição de Fundos Rotativos .....

15.000.000,00

4.3.5.0 Contribuições Diversas

4.3.5.2 Entidades Estaduais

Para o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....

13.000.000,00

6.09 3.1.4.0 Encargos Diversos

Dotação destinada a corrigir, durante o exercício, as verbas orçamentárias, pelo equivalente em moeda, dos efeitos da inflação sobre a remuneração do trabalho e serviços e sobre o preço dos bens:

Para Educação e Cultura .....

190.000.000,00

Em geral .....

268.523.198,71

O quadro que segue apresenta as autorizações constantes no orçamento inicial, as suplementações e as reduções sob o ângulo da classificação econômica.

.....

CRÉDITOS ORDINÁRIOS

CATEGORIAS ECONÓMICAS	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÕES	REDUÇÕES	DOTAÇÃO AL TERADA
<b>DESPESAS CORRENTES</b>				
Despesas de Custeio .....	1.488.520.305,00	670.472.808,30	518.966.071,43	1.640.027.044,87
Transferências Correntes ...	1.145.088.423,00	150.700.878,00	12.905.820,00	1.283.483.481,00
Subtotal .....	2.633.608.731,00	821.173.686,30	531.271.891,43	2.923.510.525,87
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>				
Investimentos .....	446.941.000,00	147.105.410,86	26.899.787,96	567.146.622,90
Inversões Financeiras .....	84.322.000,00	800.000,00	28.696.977,71	56.225.022,29
Transferências de Capital ..	390.961.000,00	55.061.946,80	42.679.530,00	403.343.416,80
Subtotal .....	922.224.000,00	202.967.357,66	98.476.295,67	1.026.715.061,99
<b>TOTAL .....</b>	<b>3.555.832.731,00</b>	<b>1.024.141.043,96</b>	<b>629.748.187,10</b>	<b>3.950.225.587,86</b>

.....

As alterações de que foi passível a despesa autorizada assim se sintetizam:

Orçamento inicial .....		3.555.832.731,00
Mais: Suplementações .....	1.024.141.043,96	
Menos: Reduções .....	<u>629.748.187,10</u>	<u>394.392.856,86</u>
Orçamento com as alterações decretadas		3.950.225.587,86
		=====

#### 1.1.2 - CRÉDITOS ESPECIAIS

A despesa autorizada através dos 76 créditos especiais que tiveram vigência em 1973, distribuídos em 34 programas, somou Cr\$ 166.123.858,82, correspondentes a 4,2% do total da despesa fixada.

Em relação ao ano anterior, verificou-se um aumento de Cr\$ ..... 46.173.461,19 no valor dos adicionais em apreço, embora tenha havido uma redução de vinte no que respeita à quantidade.

Dos créditos que tiveram eficácia no ano de 1973, uma parte foi transferida de 1972 e a outra, aberta no exercício, como se demonstra:

Créditos transferidos de 1972 .....	69.954.503,30	
Menos: Reduções .....	<u>4.780.559,49</u>	65.173.943,81
Créditos abertos em 1973 .....		<u>100.949.915,01</u>
Total dos créditos especiais que vigoraram em 1973 .....		166.123.858,82
		=====

A destinação dos adicionais sob exame discrimina-se a seguir:

Pagamento de despesas de exercícios anteriores, incluindo vantagens de professores, de servidores policiais e de pessoal da Brigada Militar .....	41.066.531,62
Participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades comerciais ou financeiras .....	17.590.000,00
Constituição do Fundo de Investimentos Urbanos-FUNDURBANO-RS .....	10.000.000,00
Policiamento na fronteira do Estado, a cargo da Polícia Civil e da Brigada Militar .....	8.600.000,00
Aquisição e desapropriação de imóveis .....	8.515.303,26
Constituição do Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM-RS .....	7.500.000,00
Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA .....	7.000.000,00
Participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades industriais e agrícolas .....	6.850.000,00
Investimento, equipamentos e instalações .....	6.480.900,00

.....

.....

Reaparelhamento do Departamento de Telecomunicações da Secretaria de Segurança Pública .....	6.388.000,00
Auxílios diversos .....	6.367.315,44
Implantação da Central de Operações da Brigada Militar .....	6.281.762,50
Obras Públicas .....	6.236.000,00
Aquisição de imóvel para implantação do Distrito Industrial de Gravataí .....	5.000.000,00
Contribuição à Fundação de Economia e Estatística .....	4.500.000,00
Constituição de fundos rotativos .....	3.979.530,00
Auxílios a municípios .....	2.842.000,00
Aquisição de equipamentos para o Batalhão de Bombeiros .....	2.660.000,00
Aquisição de equipamento gráfico para o Departamento de Imprensa Oficial .....	2.500.000,00
Auxílios a entidades educacionais, para pagamento de despesas administrativas de escolas de área .....	2.500.000,00
Para outros fins .....	<u>3.288.516,00</u>
	166.123.858,82
	=====

Desses créditos, dezoito, no valor de Cr\$ 66.995.394,88, foram transportados para o exercício de 1974. Em comparação com o ano anterior, houve uma redução de oito na quantidade e de Cr\$ 2.959.108,42 no valor dos adicionais transferidos.

### 1.2.0 - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros que deram cobertura à despesa autorizada totalizaram Cr\$ 4.116.349.446,68.

Segue-se a apreciação desses recursos que, para tal efeito, são desdobrados em três classes.

#### 1.2.1 - FUNDO GERAL

Constituem o Fundo Geral as receitas sem qualquer vinculação e que se destinam a dar cobertura aos gastos gerais.

Objetivando tornar a análise mais elucidativa, os componentes do Fundo Geral são decompostos em dois subgrupos, a saber: os recursos da competência do

.....

.....

exercício e os de exercícios anteriores. Estes últimos vincularam-se a créditos especiais transportados de 1972.

Especifica-se, a seguir, os elementos compreendidos em cada um dos mencionados subgrupos.

I - Recursos de competência do exercício de 1973

a) Para cobertura de créditos ordinários

Receita prevista no orçamento inicial 3.555.832.731,00

Mais

Previsão de maior arrecadação  
imposto de circulação de mercadorias ..... 217.100.000,00

imposto sobre a transmissão  
de bens imóveis e de direitos a eles relativos ..... 6.200.000,00

imposto de renda retido na  
fonte ..... 6.400.000,00

Previsão de maior arrecadação  
do Fundo de Participação dos  
Estados, Distrito Federal e  
Territórios ..... 4.600.000,00

Auxílio da União referente a  
Fundo Especial - item III do  
art. 25 da Constituição Federal ..... 5.500.000,00

239.800.000,00  
3.795.632.731,00

Menos

Parcela de 20% do imposto de  
circulação de mercadorias orçado,  
destinada a constituir o Fundo de  
Participação dos Municípios ..... 460.400.000,00

Parcela de 20% da maior arrecadação  
do imposto de circulação de mercadorias  
estimada e destinada a constituir  
o Fundo de Participação dos Municípios ..... 43.420.000,00

Parcela de 20% da compensação  
da menor receita do imposto  
de circulação de mercadorias,  
conforme convênio nº AE-1/73 2.395.989,30

Taxa Rodoviária Única

Parcela destinada ao Departamento  
Autônomo de Estradas de Rodagem ..... 30.333.000,00

.....

.....

Parcela destinada às Prefeituras Municipais .....	21.667.000,00	
Transferências do Departamento da Loteria do Estado		
Vinculadas ao art. 3º da Lei 4.631/63 .....	848.000,00	
Vinculadas ao art. 9º da Lei 4.760/64 .....	3.467.000,00	
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica ....	27.000.000,00	
Quota-parte do imposto único sobre minerais do país ....	7.700.000,00	
Operações de crédito orçadas	347.000.000,00	
Valor dos recursos do Fundo Geral que deram cobertura a dotações orçamentárias canceladas, para servir de recurso a créditos especiais.	<u>69.287.444,18</u>	<u>1.013.518.433,48</u>
		2.782.114.297,52

b) Para cobertura de créditos especiais

Recursos do Fundo Geral vinculados a dotações orçamentárias canceladas para dar cobertura a créditos especiais .....	<u>69.287.444,18</u>	
		2.851.401.741,70
		=====

II - Recursos da competência de exercícios anteriores

Para cobertura de créditos especiais

Recursos do exercício de 1972		
Redução de dotações .....		36.282.503,30
		=====

Os recursos expostos podem ser vistos também da forma que se-

gue:

Para cobertura de créditos ordinários		
Recursos do exercício de 1973 .....		2.782.114.297,52
Para cobertura de créditos especiais		
Recursos do exercício de 1973 ..	69.287.444,18	
Recursos de exercícios anteriores	<u>36.282.503,30</u>	<u>105.569.947,48</u>
		2.887.684.245,00
		=====

1.2.2 - FUNDOS ESPECIAIS

Os Fundos Especiais englobam as receitas que, a teor do artigo

.....

.....  
 71 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, se destinam a dar cobertura e realização de determinados objetivos ou serviços.

Discriminam-se a seguir os recursos compreendidos no grupo sob exame, observada a competência dos exercícios e a natureza dos créditos a que se vinculam.

I - Recursos de competência do exercício de 1973

Para cobertura de créditos ordinários

Parcela de 20% do imposto de circulação de mercadorias orçado, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios .....	460.400.000,00
Parcela de 20% da maior arrecadação do imposto de circulação de mercadorias estimada e destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios.	43.420.000,00
Parcela de 20% da compensação da menor receita do imposto de circulação de mercadorias, conforme convênio nº AE-1/73 .....	2.395.989,30
Taxa Rodoviária Única	
Destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	
Previsão orçamentária .....	30.333.000,00
Maior arrecadação estimada .....	4.779.500,00
Destinada aos municípios	
Previsão orçamentária .....	21.067.000,00
Maior arrecadação estimada .....	3.418.500,00
Transferências do Departamento da Loteria do Estado	
Vinculadas ao art.3º da Lei 4.631/63 .....	
Vinculadas ao art.9º da Lei 4.780/64	
Previsão orçamentária .....	3.467.000,00
Maior arrecadação prevista .....	517.260,00
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica	
Previsão orçamentária .....	27.000.000,00
Maior arrecadação prevista .....	12.530.381,65
Quota-parte do imposto único sobre minerais do país	
Previsão orçamentária .....	<u>7.700.000,00</u>
	<u>618.476.630,95</u>
	=====

Como se vê, os recursos que constituem os Fundos Especiais foram utilizados exclusivamente na cobertura de créditos ordinários e pertencem, na sua totalidade, ao exercício de 1973.

1.2.3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O último grupo dos recursos financeiros é formado pelo produto

.....



.....

de operações de crédito.

Tendo em mira a apuração do descoberto financeiro, esses recursos são assim desdobrados: operações de crédito realizáveis e operações que não apresentavam possibilidade de realização.

I - Operações de crédito realizáveis

a) Para cobertura de créditos ordinários

Empréstimo em Apólices Lei ... 5.553, de 27/12/67 Dec. 18.842, de 27/12/67 ....	3.000.000,00	
Empréstimo de 10 milhões de cruzeiros, contratado com o Banco do Brasil S.A., em 31/1/73 - Lei 6.284, de 25/10/71 ....	10.000.000,00	
Empréstimo de 60 milhões de cruzeiros, contratado com o Banco do Brasil S.A., em 7/3/73 - Lei 6.284, de 25/10/71 ....	60.000.000,00	
Empréstimo de 60 milhões de cruzeiros, contratado com o Banco do Brasil S.A., em 6/11/73 - Lei 6.284, de 25/10/71 ....	18.000.000,00	
Empréstimo em apólices Lei ... 6.452, de 5/12/72 Dec. 22.202, de 7/12/72 .....	4.582.926,39	
Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - Lei 6.465, de 15/12/72 Dec. 22.224, de 19/12/72 - 1a. série .....	66.785.737,19	
Empréstimo em apólices Lei ... 6.626, de 21/11/73 Dec. 22.823, de 22/11/73 ....	<u>208.151.733,00</u>	370.520.396,58

b) Para cobertura de créditos especiais

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - Lei 5.121, de 6/12/65 Dec. 21.701, de 26/4/72 - 6a. série .....	3.625.837,73	
Empréstimo em apólices Lei ... 6.452, de 5/12/72 Dec. 22.202, de 7/12/72 .....	27.017.073,61	
Empréstimo em apólices Lei ... 6.626, de 21/11/73 Dec. 22.823, de 22/11/73 ....	16.450.000,00	
Financiamento a ser contratado - Lei 6.657, de 12/12/73 ....	<u>3.361.000,00</u>	<u>50.453.911,34</u>
		420.974.307,92
		*****

.....

II - Operações de crédito que não apresentavam possibilidade de realização

Para cobertura de créditos ordinários

Previsão orçamentária de receita de operações de crédito, correspondente a empréstimos não ultimados .....	189.214.262,81	=====
--	----------------	-------

As operações de crédito vinculadas à despesa autorizada podem ser demonstradas também da seguinte forma:

Para cobertura de créditos ordinários

Operações de crédito realizáveis ....	370.520.396,58	
Operações de crédito que não apresentavam possibilidade de realização ..	<u>189.214.262,81</u>	559.734.658,39

Para cobertura de créditos especiais

Operações de crédito realizáveis .....		<u>50.453.911,34</u>
		610.188.570,73
		=====

1.3.0 - RESULTADO PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO

O resultado presumível do exercício representa a diferença entre o montante da despesa autorizada e o valor dos recursos financeiros a ela vinculados. Para a correta determinação daquele resultado, todavia, não podem ser considerados os recursos de exercícios anteriores, nem os que não apresentavam possibilidade de realização.

Nessas condições, o resultado em apreço será apurado confrontando-se a despesa autorizada com os recursos da competência do exercício de 1973, quer os compreendidos no Fundo Geral, quer os integrantes dos Fundos Especiais, e as operações de crédito realizáveis, como segue:

DESPESA FIXADA

Créditos ordinários .....	3.950.225.587,86	
Créditos especiais .....	<u>166.123.858,82</u>	4.116.349.446,68

RECURSOS FINANCEIROS

Fundo Geral

Da competência do exercício .....	2.851.401.741,70	
-----------------------------------	------------------	--

.....

.....

Fundos Especiais		
Da competência do exercício .....	618.476.630,95	
Operações de crédito		
Empréstimos realizáveis .....	<u>420.974.307,92</u>	<u>3.890.852.680,57</u>
DEFICIT PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO .....		225.496.786,11
		*****

.....

## 2 - BALANÇO FINANCEIRO

O elemento básico para o exame e julgamento da gestão financeira é o Balanço Financeiro, pois este condensa as operações dessa natureza realizadas durante o ano fiscal.

Além de demonstrar sinteticamente as receitas e despesas orçamentárias - detalhadas minuciosamente nos anexos que o acompanham - engloba, também, as entradas e saídas que se processam independentemente das autorizações contidas na Lei de Meios, bem como as disponibilidades iniciais e finais.

Este documento evidencia, ainda, as variações de que são passíveis os componentes positivos e negativos do patrimônio financeiro, em decorrência das entradas e saídas monetárias pertinentes ao exercício sob exame.

Ilustram o Balanço Financeiro numerosas demonstrações que detalham a receita e a despesa sob variados ângulos.

A seguir, as operações contempladas nesta peça técnica serão objeto de apreciação, bem como o resultado da execução orçamentária.

### 2.1.0 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

O resultado decorrente da execução orçamentária, na sua expressão mais simples, assim se apresenta:

DESPESA REALIZADA		
Despesas Correntes	2.803.301.216,93	
Despesas de Capital	<u>869.279.601,68</u>	3.672.580.818,61
RECEITA REALIZADA		
Receitas Correntes	3.111.617.831,23	
Receitas de Capital	<u>385.834.888,65</u>	<u>3.497.452.719,88</u>
RESULTADO FINANCEIRO		
Deficit .....		175.128.098,73
		*****

Esse resultado sofreu um agravamento em relação aos dois anos anteriores, como se demonstra:

.....

Ano	Deficit financeiro	Percentagem do deficit financeiro sobre a despesa realizada
1969	192.888.785,32	15,8
1970	81.430.534,80	5,2
1971	38.319.004,78	1,9
1972	81.884.552,28	3,2
1973	175.128.098,73	4,8

O deficit verificado foi inferior em Cr\$ 50.368.667,38 ao resultado presumível, calculado no capitulo inicial em Cr\$ 225.496.766,11. A redução foi da ordem de 22,34%.

O resultado negativo deve-se, fundamentalmente, ao fato de apreciável parcela dos recursos que deram cobertura à despesa não apresentar condições de realização. Destarte, a receita realizada permaneceu aquém da cobertura financeira, como se expõe:

Recursos financeiros realizáveis	3.890.852.680,57
Menos: Receita realizada .....	<u>3.497.452.719,88</u>
Menor receita .....	393.399.960,69
	=====

Tendo em vista que ponderável soma de recursos não seria realizada, foi determinada a compressão dos gastos, o que se verifica através dos seguintes dados:

Despesa fixada .....	4.116.349.446,68
Menos: Despesa realizada	<u>3.672.580.818,61</u>
Menor despesa .....	443.768.628,07
	=====

A redução do deficit presumível foi possibilitada graças às economias verificadas, conforme evidenciam os elementos a seguir alinhados:

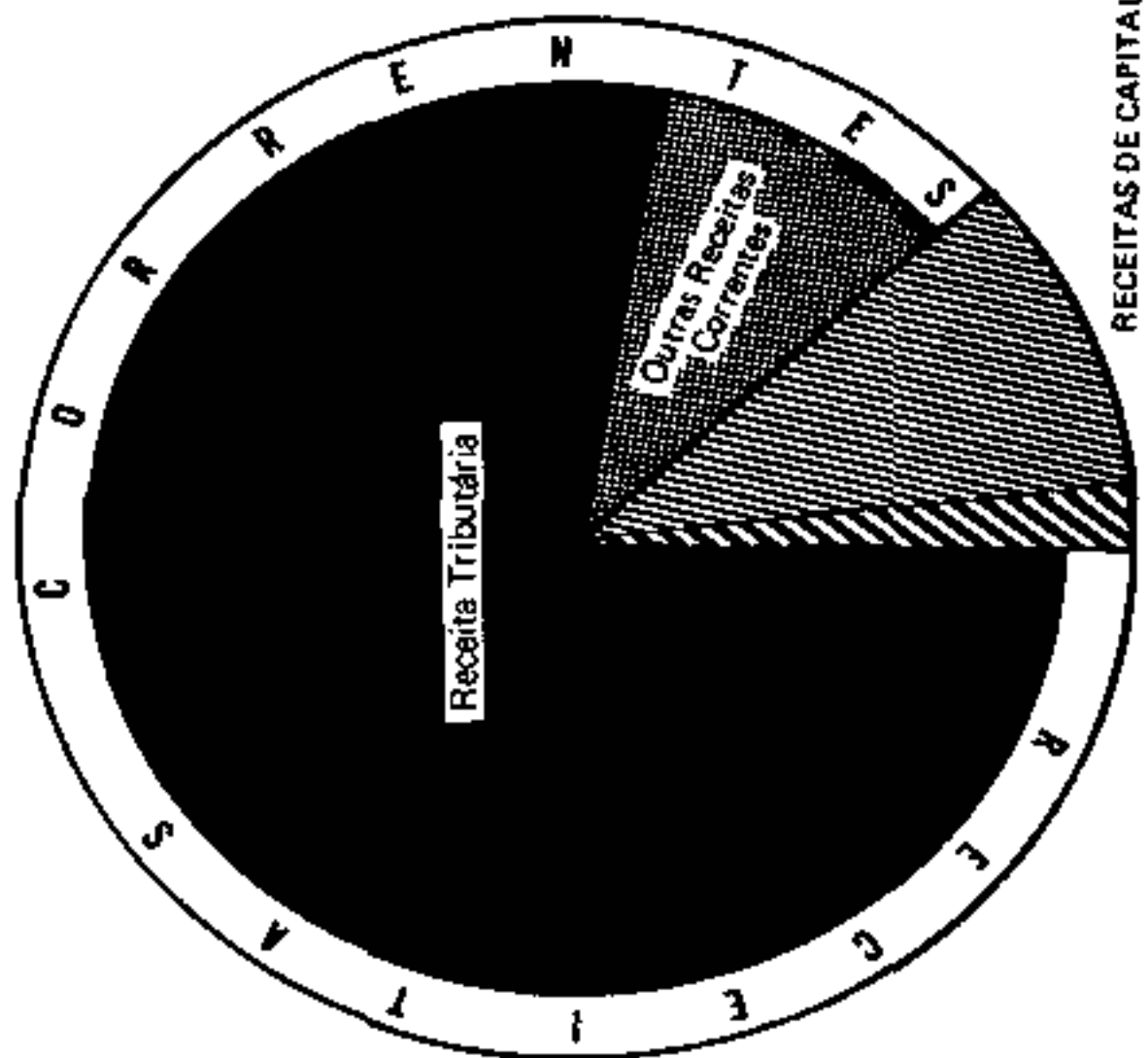
Deficit presumível do exercício .....	225.496.766,11
Menos: Menor despesa ....	443.768.628,07
Mais: Menor receita ....	<u>393.399.960,69</u>
Deficit do exercício .....	<u>175.128.098,73</u>
	=====

O gráfico que segue representa a execução orçamentária, destacando o resultado financeiro.

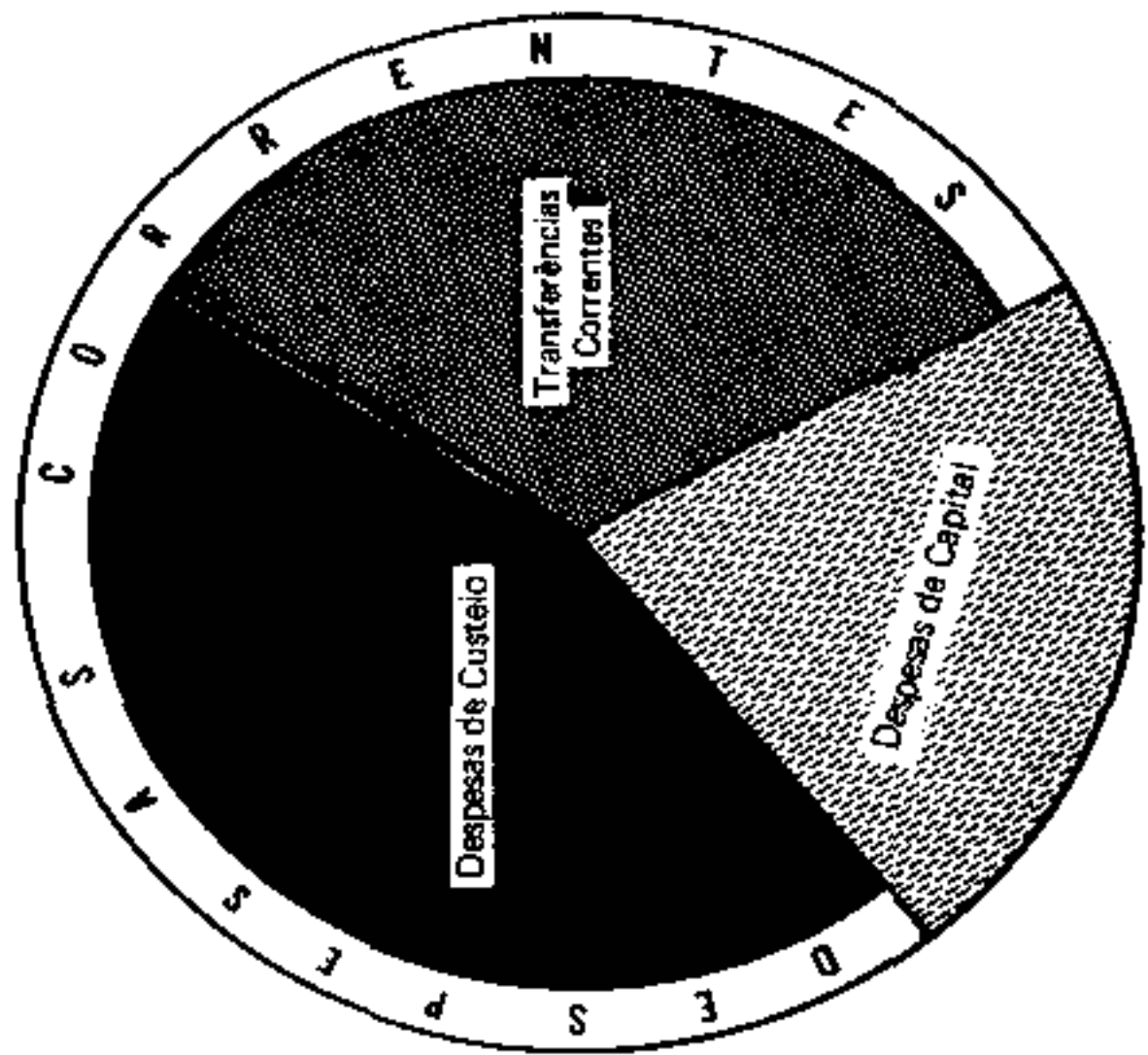
.....

# EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA REALIZADA



DESPESA REALIZADA



2.1.1 - ANÁLISE DA RECEITA

Os recursos obtidos no ano de 1973 cifraram-se em Cr\$ .....  
3.497.452.719,88. Em relação ao ano anterior, constata-se um incremento de 40%. Mes-  
mo assim, a receita arrecadada situou-se num nível inferior à estimativa orçamentá-  
ria, no quantitativo de Cr\$ 58.380.011,12.

A execução da receita, sinteticamente pode ser assim dividida:

Receitas Correntes	Orçada	Arrecadada
<b>I - Tributária</b>		
Impostos .....	2.400.300.000,00	2.688.252.617,59
Taxas .....	124.156.000,00	51.895.121,89
Contribuição de melhoria	1.000,00	-
	<u>2.524.457.000,00</u>	<u>2.739.947.739,28</u>
II - Patrimonial .....	110.490.000,00	82.497.912,68
III - Industrial .....	21.602.000,00	14.607.779,67
IV - Transferências Correntes	90.567.000,00	94.580.891,65
V - Receitas Diversas .....	<u>176.010.000,00</u>	<u>179.983.507,95</u>
	2.923.126.000,00	3.111.617.831,23
<b>Receitas de Capital</b>		
Operações de crédito .....	347.000.000,00	174.521.513,29
Transferências de Capital ....	89.048.000,00	166.411.317,02
Diversas .....	<u>196.658.731,00</u>	<u>44.902.058,34</u>
	3.555.832.731,00	3.497.452.719,88
	=====	=====

Segue-se minuciosa apreciação da receita realizada.

2.1.1.1 - RECEITAS CORRENTES

A receita arrecadada sob este título atingiu a cifra de Cr\$ .....  
3.111.617.831,23, sobrepujando as respectivas previsões em Cr\$ 188.491.831,23. A se-  
guir efetuar-se-á meticulosa análise dos ingressos classificados nesta categoria e  
conômica por fontes e rubricas.

RECEITA TRIBUTÁRIA

Os recursos decorrentes da tributação representam a maior soma dos  
ingressos. Participaram na formação da receita geral, nos últimos cinco anos, com os

.....

.....  
seguintes valores:

Ano	Receita geral	Receita tributária	Porcentagem da receita tributária sobre a receita geral
1969	1.020.640.977,89	892.531.435,07	87,45
1970	1.474.863.698,07	1.180.735.306,89	80,05
1971	1.919.526.046,35	1.628.777.416,42	84,85
1972	2.496.714.366,96	<u>2.008.556.669,78</u>	80,45
1973	3.497.452.719,88	2.739.947.739,28	78,34

Os índices percentuais expostos demonstram que a participação da receita tributária nos ingressos gerais vem apresentando um declínio a partir de 1971, em virtude do maior incremento em outras fontes, particularmente "indenizações e restituições" e "operações de crédito".

Os números absolutos e relativos que seguem demonstram a origem da receita tributária no último quinquênio:

Ano	Receita tributária	Receitas de impostos		Receita de taxas	
		Nºs absolutos	%	Nºs absolutos	%
1969	892.531.435,07	871.802.375,30	97,7	20.729.059,77	2,3
1970	1.180.735.306,89	1.133.684.194,55	96,0	47.051.112,34	4,0
1971	1.628.777.416,42	1.549.462.968,24	95,1	79.314.448,18	4,9
1972	2.008.556.669,78	1.900.281.028,60	94,6	<u>108.275.641,18</u>	5,4
1973	2.739.947.739,28	2.688.252.617,59	98,1	51.695.121,69	1,9

É de se esclarecer que a queda da participação das taxas deve-se à extinção da taxa de cooperação para construção de silos e armazéns e à alteração da sistemática da taxa rodoviária única.

Impostos - Os impostos da competência do Estado e o de renda retido na fonte proporcionaram a receita de Cr\$ 2.688.252.617,59, ultrapassando a respectiva previsão em Cr\$ 287.952.617,59.

O comportamento do imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos, e o de circulação de mercadorias, nos últimos cinco anos, é revelado pelos seguintes números absolutos e relativos:

Ano	Receita de impostos	Índice	Crescimento em relação ao ano anterior %
1969	871.802.375,30	100	-
1970	1.133.684.194,55	130	30,04
1971	1.549.462.968,24	178	36,67
1972	1.891.181.403,38	217	22,06
1973	2.688.893.576,68	308	41,12

Como se vê, o ano de 1973 assinala o maior incremento do período.

.....



.....

A previsão e arrecadação de impostos assim se apresenta:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos .....	43.500.000,00	49.900.055,30	+ 6.400.055,30
Imposto de renda retido na fonte .....	10.800.000,00	19.359.040,91	+ 8.559.040,91
Imposto de circulação de mercadorias .....	<u>2.346.000.000,00</u>	<u>2.618.993.521,38</u>	+ <u>272.993.521,38</u>
	2.400.300.000,00	2.688.252.617,59	+ 287.952.617,59
	=====	=====	=====

O imposto de circulação de mercadorias representa, em 1973, 97,4% da receita de impostos, 95,6% da receita tributária e 74,9% da receita geral. Eis sua evolução nos últimos cinco anos:

Ano	Arrecadação	Índice	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1969	862.380.401,46	100	-
1970	1.120.504.603,10	130	29,93
1971	1.529.594.989,81	177	36,51
1972	<u>1.862.817.928,68</u>	216	21,78
1973	<u>2.618.993.521,38</u>	304	40,59

As taxas de crescimento da arrecadação do imposto sob exame apresentam flutuações apreciáveis. No último ano, constata-se o maior índice de aumento, em que pese ter vigorado a alíquota de 15,5%, inferior em meio por cento à do ano anterior.

O imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos proporcionou a arrecadação de Cr\$ 49.900.055,30, superando a previsão em Cr\$. 6.400.055,30. Este tributo apresenta o seguinte comportamento no último quinquênio:

Ano	Arrecadação	Índice
1969	9.421.973,84	100
1970	13.179.591,45	140
1971	19.867.998,43	211
1972	<u>28.363.474,70</u>	301
1973	<u>49.900.055,30</u>	530

Os dados expostos revelam acentuado crescimento dessa espécie tributária no último ano, embora participe modestamente na formação da receita de impostos, representando 1,86% do total dos mencionados ingressos.

O produto arrecadado sob o título "imposto de renda retido na fonte"

.....

.....  
 ultrapassou em Cr\$ 8.559.040,91 a estimativa orçamentária. A evolução deste tributo é revelada a seguir:

Ano	Arrecadação	Índice
1969	3.908.052,83	100
1970	4.283.375,16	110
1971	8.483.697,98	217
1972	<u>9.099.625,22</u>	233
1973	19.359.040,91	495

Taxas - Em 1973 tiveram vigência seis taxas, face à extinção da taxa de cooperação para construção de silos e armazéns e à alteração da sistemática da taxa rodoviária única. Mesmo excluídas do elenco tributário, essas espécies foram objeto de previsão orçamentária e propiciaram alguns ingressos provenientes do exercício anterior.

Para a estimativa de Cr\$ 124.156.000,00, foi coletada a quantia de Cr\$ 51.695.121,69, de sorte que se verificou uma arrecadação a menor de Cr\$ ..... 72.460.878,31, como se demonstra:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Taxa de segurança pública ...	23.000.000,00	20.128.051,08	- 2.871.948,92
Taxa de serviços de trânsito - em geral .....	15.500.000,00	14.399.147,46	- 1.100.852,54
Taxa rodoviária única .....	52.000.000,00	1.598.627,06	- 50.401.372,94
Taxa de expediente .....	3.500.000,00	3.163.030,30	- 336.969,70
Taxa judiciária .....	2.950.000,00	3.729.698,55	+ 779.698,55
Taxa de saúde pública .....	9.650.000,00	8.042.402,48	- 1.607.597,52
Taxa de cooperação - ovinos .	91.000,00	102.166,76	+ 11.166,76
Taxa de cooperação para construção de silos e armazéns .	<u>17.465.000,00</u>	<u>532.000,00</u>	- <u>16.933.000,00</u>
	<u>124.156.000,00</u>	<u>51.695.121,69</u>	- <u>72.460.878,31</u>
	=====	=====	=====

Através dos dados expostos verifica-se que somente duas taxas ultrapassaram as respectivas estimativas. Constata-se, também, que respondem decisivamente pelo vulto da arrecadação a menor os dois tributos eliminados do elenco das taxas.

Apresenta-se, a seguir, o comportamento das seis taxas remanescentes, em números absolutos e relativos:

Ano	Arrecadação	Índice
Taxa de segurança pública		
1969	3.832.915,87	100

.....

.....

1970	8.022.138,99	209
1971	10.677.189,50	279
1972	<u>17.005.525,37</u>	444
1973	20.128.051,08	525

Taxa de serviços de trânsito - em geral

1969	12.981.276,83	100
1970	7.089.877,22	55
1971	10.036.241,70	77
1972	<u>9.616.384,62</u>	74
1973	14.399.147,46	111

Taxa de expediente

1969	1.072.111,10	100
1970	1.554.710,78	145
1971	1.778.347,56	166
1972	<u>2.786.648,09</u>	260
1973	3.163.030,30	295

Taxa judiciária

1969	1.115.304,19	100
1970	1.406.280,42	126
1971	1.914.553,39	172
1972	<u>2.687.635,91</u>	241
1973	3.729.696,55	334

Taxa de saúde pública

1969	1.665.318,07	100
1970	3.175.641,33	191
1971	4.708.015,44	283
1972	<u>6.983.885,45</u>	419
1973	8.042.402,48	483

Taxa de cooperação - ovinos

1969	62.133,71	100
1970	81.481,59	131
1971	86.908,46	140
1972	<u>69.778,94</u>	112
1973	102.166,76	164

Contribuição de melhoria - Da mesma forma dos anos anteriores, a "contribuição de melhoria", instituída pela Lei 5.907, de 24 de dezembro de 1969, deixou de ser lançada e cobrada por falta de regulamentação do citado diploma legal; sua previsão foi de Cr\$ 1.000,00.

RECEITA PATRIMONIAL

A receita oriunda do patrimônio do Estado, orçada em Cr\$ ..... 110.490.000,00, cifrou-se em Cr\$ 82.487.912,68, ficando aquém daquela estimativa em Cr\$ 27.992.087,32.

A composição desses ingressos assim se sintetiza:

	Previsão	Arrecadação		Diferença
Receitas imobiliárias .....	270.000,00	643.756,75	+	373.756,75

.....

Participações e dividendos .	110.000.000,00	81.723.725,78	-	28.276.274,22
Outras receitas patrimoniais	<u>220.000,00</u>	<u>130.430,15</u>	-	<u>89.569,85</u>
	110.490.000,00	82.497.912,68	-	27.992.087,32
	=====	=====		=====

Classificam-se no primeiro grupo as rendas compreendidas nas rubricas "aluguéis de imóveis" e "foros e laudêmios", respectivamente com Cr\$ 44.379,99 e Cr\$. 599.376,76. Sob o título "exploração de terras e matos" nada foi arrecadado, embora sua estimativa tenha sido fixada em Cr\$ 5.000,00.

Em "participações e dividendos" registram-se os ingressos auferidos das seguintes empresas:

Companhia Estadual de Energia Elétrica .....	70.581.800,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	4.457.906,40
Petróleo Brasileiro S.A. ....	3.851.242,29
Açúcar Gaúcho S.A. ....	418.620,00
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) .....	361.179,00
Frigorífico Anselmi S.A. - Indústria de Carnes, Derivados e Conser vas .....	72.000,00
ÚNICA - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ....	48.708,00
Banco Sul Brasileiro S.A. ....	328,28

Na mesma rubrica estão contidos os resultados operacionais do Fundo O  
peração Empresa - FUNDOPEM-RS e da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Estado do  
Rio Grande do Sul S.A., nas quantias de Cr\$ 959.273,32 e Cr\$ 972.668,49, respectiva -  
mente.

Sob o título "outras receitas patrimoniais" foram contabilizados Cr\$  
121.350,86, provenientes de juros de empréstimos concedidos, e Cr\$9.079,49, relativos  
a juros sobre depósitos especiais.

#### RECEITA INDUSTRIAL

As unidades de Administração Direta que exercem atividades industriais  
proporcionaram a receita de Cr\$ 14.607.779,67, inferior à respectiva previsão em Cr\$ ,  
6.994.220,33.

No orçamento para o exercício de 1973 foi prevista a receita de oito  
estabelecimentos industriais, sendo que apenas quatro acusaram rendas de forma a pos  
sibilitar sua contabilização, além da recolhida pelo extinta Centro de Processamento  
Eletrônico de Dados.

As quatro agências restantes nada produziram, ou aplicaram a receita  
obtida na realização de despesas à margem da Lei de Meios.

.....

.....

Os ingressos contabilizados assim se apresentam:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Hospital Psiquiátrico São Pedro .....	2.500.000,00	1.086.468,42	- 1.413.531,58
Recreação pública .....	493.000,00	700.706,30	+ 207.706,30
Departamento de Imprensa Oficial .....	14.318.000,00	12.653.581,03	- 1.664.418,97
Centro de Processamento Eletrônico de Dados .....	-	32.023,92	+ 32.023,92
Produto da venda da Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça .....	110.000,00	135.000,00	+ 25.000,00
	<u>17.421.000,00</u>	<u>14.607.779,67</u>	<u>- 2.813.220,33</u>
	=====	=====	=====

Pelo quadro exposto verifica-se que apenas dois estabelecimentos não atingiram a receita estimada: o Hospital Psiquiátrico São Pedro e o Departamento de Imprensa Oficial. Este último não contém a receita de todo o exercício, pois foi extinto com a criação da Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, que passou a atuar em 4 de setembro de 1973.

A seguir são relacionadas as unidades industriais que não produziram rendas ou que não se comprovaram, com a indicação das respectivas estimativas.

Instituto de Pesquisas Biológicas .....	140.000,00
Superintendência dos Serviços Penitenciários .....	371.000,00
Produção de Bens e Serviços da Secretaria da Agricultura .....	2.970.000,00
Central de Comandos Mecanizados de Apoio à Agricultura .....	<u>700.000,00</u>
	<u>4.181.000,00</u>
	=====

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES + 1 R. *reintegrar nos f.c.c.*

Os ingressos classificados nesta fonte atingiram a quantia de Cr\$ ... 94.580.891,65, de sorte que a previsão de Cr\$ 90.567.000,00 foi ultrapassada em Cr\$. 4.013.891,65.

Eis a especificação dessas receitas:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Salário-Educação .....	20.000.000,00	-	- 20.000.000,00
Compensação do Imposto de Circulação de Mercadorias - Convênio nº AE-1/73 .....		11.979.946,53	+ 11.979.946,53

.....

Quota-parte da Taxa Rodoviária Única .....	-	24.304.376,11	+ 24.304.376,11
Contribuição dos Municípios Para empréstimo externo de 1927 .....	60.000,00	160.257,85	+ 100.257,85
Para o empréstimo externo de Felotas .....	40.000,00	47.701,11	+ 7.701,11
Contribuição de melhoria de proventos dos servidores inativos .....	64.700.000,00	52.609.773,05	- 12.090.226,95
Contribuição para aposentadoria dos servidores da Justiça .....	2.300.000,00	1.914.968,95	- 385.031,05
Contribuição do Departamento da Loteria do Estado .....	<u>3.467.000,00</u>	<u>3.563.868,05</u>	+ <u>96.868,05</u>
	90.567.000,00	94.580.891,65	+ 4.013.891,65
	=====	=====	=====

O quadro exposto revela que a estimativa orçamentária só foi ultrapassada em virtude de haverem sido transferidas ao Estado receitas que não foram objeto de previsão.

Trata-se dos ingressos da transferência das quotas-partes da taxa rodoviária única, pertencentes ao Estado e Municípios, e provenientes da compensação da menor receita do imposto de circulação de mercadorias, decorrente da redução da base de cálculo nas operações de gado bovino e de carne bovina verde, resfriada ou congelada, bem como dos produtos comestíveis de sua matança.

Ditas receitas compensaram e ultrapassaram a menor arrecadação das rubricas "contribuição de melhoria de proventos dos servidores inativos" e "salário-educação". O produto desta última vem sendo recebido e aplicado diretamente pela Secretaria de Educação e Cultura, sem passar pelo mecanismo orçamentário.

As demais rubricas apresentam comportamento normal, com pequenas discrepâncias em relação às respectivas previsões.

#### RECEITAS DIVERSAS

As receitas compreendidas nesta fonte somaram Cr\$ 179.983.507,95, ultrapassando as respectivas previsões em Cr\$ 3.973.507,95.

A discriminação desses ingressos, em confronto com os quantitativos orçados, assim se apresenta:

.....

.....

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Multas .....	30.000,000,00	32.944.233,95	+ 2.944.233,35
Indenizações e restituições	60.000,000,00	115.173.478,32	+ 55.173.478,32
Cobrança da dívida ativa ..	70.000,000,00	30.231.336,04	- 39.768.663,96
Receita de exercícios anteriores .....	500,000,00	37.875,71	- 462.124,29
Consignatários .....	10,000,00	797.902,00	+ 787.902,00
Comissão de cobrança da dívida ativa .....	14.000,000,00	511.553,87	- 13.488.446,93
Outras receitas .....	1.500,000,00	287.129,46	- 1.212.870,54
	<u>176.010,000,00</u>	<u>179.983.507,95</u>	<u>+ 3.973.507,95</u>
	=====	=====	=====

Dentre as rubricas deste grupo, a de "indenizações e restituições" participa com mais de 63% dos ingressos do mesmo, sendo a seguinte a sua origem: Cr\$ .. 55.496.543,04 do débito feito à União Federal, referente à parcela que lhe cabe do pagamento dos servidores inativos da extinta Viação Férrea do Rio Grande do Sul, no período de 1969 a 1973; Cr\$ 31.828.382,66, de restituição de parcela indevidamente imputada ao Fundo de Participação dos Municípios no Imposto de Circulação de Mercadorias em exercícios anteriores. Os restantes Cr\$ 27.848.552,63 são originários de várias restituições e do cancelamento de resíduos passivos, com a predominância destes últimos.

A receita proveniente da imposição de multas, em virtude de diversas espécies de infrações, apresentou elevado aumento. Os ingressos dessa origem representam mais do dobro do que foi arrecadado no ano anterior sob o mesmo título.

Os números absolutos e relativos que seguem demonstram a evolução da rubrica "multas".

Ano	Arrecadação	Índice
1968	5.711.195,64	100
1970	8.194.309,14	143
1971	11.162.661,90	195
1972	14.424.174,54	253
1973	32.944.233,35	577

A "cobrança da dívida ativa", embora não tenha atingido a metade da previsão, apresenta um incremento, quer em valores absolutos quer em relação aos débitos dos contribuintes, como se verifica através dos seguintes dados:

.....

Ano	Dívida ativa	Cobrança da dívida ativa	% de dívida ativa cobrada
1969	78.012.944,78	9.635.614,27	12,35
1970	132.855.101,22	9.163.394,67	6,90
1971	198.145.864,96	15.657.070,59	7,90
1972	288.419.580,27	21.465.014,23	7,44
1973	381.113.666,36	30.231.336,04	7,93

As quatro rubricas restantes concorreram com menos de um por cento do total apurado nesta fonte.

#### 2.1.1.2 - RECEITAS DE CAPITAL

Nesta categoria econômica verificaram-se ingressos de ordem de Cr\$ . 385.834.880,65, inferiores à estimativa orçamentária em Cr\$ 246.871.842,35.

Em relação ao ano anterior, constata-se um aumento de Cr\$ .....  
127.302.861,29.

A menor arrecadação ocorrida no exercício sob exame deve-se ao fato de as operações de créditos realizadas representarem um pouco mais da metade da previsão e de o produto da alienação de bens móveis e imóveis obtido ter se circunscrito a um oitavo do quantitativo orçado.

As operações de crédito ultimadas em 1973 assim se desdobram:

##### I - Empréstimos internos

###### a) Em apólices

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - Lei 6.485, de 15/12/72		
Dec. 22.224, de 19/12/72 - 1ª série .....	66.785.737,19	
Empréstimo Lei 5.553, de 27/12 / 67		
Dec. 18.842, de 27/12/67 .....	3.000.000,00	
Empréstimo Lei 6.079, de 10/11 / 70		
Dec. 20.720, de 27/11/70 .....	<u>6.781.000,00</u>	76.566.737,19

###### b) Empréstimos contratados

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

Empréstimo "Grupo Executivo do Desenvolvimento da Indústria da Pesca - GEDIP" - Lei 6.164, de 31/12/70 .....	219.165,30	
--	------------	--

.....



.....

Banco do Brasil S.A.

Empréstimo "Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP" - Lei 6.284, de 25 /10/71

10 milhões de cruzeiros, contratado em 31/1/73 ..... 10.000.000,00

60 milhões de cruzeiros, contratado em 6/11/73 ..... 18.000.000,00

Empréstimo de 60 milhões de cruzeiros, contratado em 7/3/73 - 6.284, de 25/10/71 ..... 60.000.000,00

Empréstimo Burroughs Eletrônica Limitada - Lei 6.395, de 7/7/72 ..... 8.063.380,40

96.282.545,70  
172.849.282,89

II - Empréstimo externo

Empréstimo contratado.

Empréstimo EMI Electronics Limited - Dec.Legisl. 2.811, de 26/11/70 ..... 1.672.230,40

174.521.513,29  
=====

Tendo em vista que os ingressos decorrentes de financiamentos foram estimados em Cr\$ 347.000.000,00, verifica-se que a receita realizada a menor foi da ordem de Cr\$ 172.478.486,71.

No grupo "transferências de capital" destacam-se as receitas recebidas da União Federal, assim discriminadas:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Quota-parte do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios ...	53.500.000,00	62.360.996,44	+ 8.860.996,44
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica ....	27.000.000,00	39.530.381,65	+ 12.530.381,65
Quota-parte do imposto único sobre minerais do país ....	7.700.000,00	5.521.980,28	- 2.178.019,72
Quota-parte da taxa rodoviária única .....	-	56.710.210,89	+ 56.710.210,89
Fundo especial de que trata o item III do artigo 25 da Constituição Federal .....	-	1.500.000,00	+ 1.500.000,00
	<u>88.200.000,00</u> =====	<u>165.623.569,26</u> =====	<u>+ 77.423.569,26</u> =====

As três rubricas que foram objeto de previsão apresentaram receitas que, em conjunto, ultrapassam a soma das estimativas.

.....

.....

Os recursos provindos da taxa rodoviária única foram classificados co  
mo receitas de capital em virtude de a cobrança desse tributo ter passado para a com  
petência do Governo da União.

No orçamento relativo a 1973 constou a previsão da mencionada espécie  
tributária no elenco das taxas, com a quantia de Cr\$ 52.000.000,00.

A quantia de Cr\$ 1.500.000,00 provém do auxílio concedido pela União  
com recursos do Fundo especial de que trata o item III do artigo 25 da Constituição  
Federal.

Completa as transferências de capital a importância Cr\$ 787.747,76  
que resulta de parte do resultado líquido do Departamento da Loteria do Estado.

O restante das receitas de capital reparte-se pelas seguintes especi-  
ficações:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Produto da realização do a- tivo do Banco Pelotense ..	50.000,00	62.088,34 +	12.088,34
Produto da venda de imóveis e de resgate de terrenos re- servados .....	300.000,00	1.226.448,92 +	926.448,92
Alienação de veículos, máqui- nas e materiais obsoletos	150.731,00	488.891,82 +	338.160,82
Alienação de ações .....	195.358.000,00	22.293.954,25 -	173.064.045,75
Amortização de empréstimos concedidos .....	800.000,00	722.242,62 -	77.757,38
Outras receitas de capital	-	20.108.432,39 +	20.108.432,39
	<u>196.658.731,00</u>	<u>44.902.058,34</u>	<u>- 151.756.672,66</u>
	=====	=====	=====

No quadro exposto verifica-se que a receita produzida por duas das ru-  
bricas relacionadas representa quase 95% do total dos ingressos do grupo, a saber:  
"alienação de ações" e "outras receitas de capital".

A primeira dessas especificações representa o valor por que foram ali-  
enadas 8.655.860 ações representativas do capital da Petróleo Brasileiro S.A., a pre-  
ço médio de Cr\$ 2,58 cada uma.

A outra compreende a alienação do saldo dos direitos de preferência do  
Estado na subscrição de ações relativas ao último aumento do capital social do Banco  
do Estado do Rio Grande do Sul S.A., para o qual não houve previsão orçamentária.

.....

.....

Essas alienações foram efetuadas com amparo nas Leis nºs 6.223 e 6.224, ambas de 22 de junho de 1971.

Os ingressos registrados nas quatro rubricas restantes são pouco significativos, correspondendo a pouco mais de 5% da receita registrada no agrupamento sob exame.

#### 2.1.2 - ANÁLISE DA DESPESA

A despesa realizada em 1973 totalizou Cr\$ 3.672.580.818,61 e assim se desdobra:

Créditos ordinários .....	3.579.602.327,79
Créditos especiais .....	<u>92.978.490,82</u>
	3.672.580.818,61
	=====

Anexos ao Balanço Financeiro encontram-se numerosos demonstrativos onde a despesa é analisada segundo os órgãos, programas, categorias e subcategorias econômicas, elementos, rubricas, funções e subfunções.

Os quadros que compõem o volume II do Balanço Geral apresentam a despesa discriminada por rubricas orçamentárias e por créditos especiais, compreendendo a dotação inicial, as alterações decretadas, a despesa realizada e o saldo resultante.

No demonstrativo a seguir, mostra-se a distribuição da despesa pelos órgãos superiores da Administração, indicando-se a participação de cada um na composição dos gastos, segundo a natureza dos créditos.

.....

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS ÓRGÃOS E A NATUREZA DOS CRÉDITOS

DESPESA REALIZADA

ÓRGÃOS

ÓRGÃOS	Créditos ordinários		Créditos especiais		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Assembleia Legislativa .....	30.203.294,98	77,90	8.577.403,71	22,10	38.780.698,69	1,06
Tribunal de Contas .....	11.111.494,79	100,00	-	-	11.111.494,79	0,30
Governo .....	50.478.463,93	91,16	4.896.024,44	8,84	55.374.488,37	1,51
Interior e Justiça .....	27.866.529,82	98,93	302.094,10	1,07	28.168.723,92	0,76
Coordenação e Planejamento .....	59.136.714,94	98,26	1.045.000,00	1,74	60.181.714,94	1,64
Fazenda .....	1.907.993.827,11	97,17	55.482.569,10	2,83	1.963.476.396,21	53,46
Agricultura .....	95.689.637,34	99,98	13.746,82	0,02	95.103.384,16	2,59
Indústria e Comércio .....	8.520.954,83	100,00	-	-	8.520.954,83	0,23
Energia, Minas e Comunicações .....	2.285.207,27	100,00	-	-	2.285.207,27	0,07
Transportes .....	1.313.955,68	100,00	-	-	1.313.955,68	0,03
Educação e Cultura .....	729.397.052,80	98,53	10.909.495,93	1,47	740.306.548,73	20,16
Saúde .....	107.583.497,05	99,48	754.000,00	0,52	108.337.497,05	2,95
Trabalho e Ação Social .....	31.446.420,81	95,34	1.537.839,65	4,66	32.984.260,46	0,90
Desenvolvimento Regional e Obras Públicas.	100.177.367,78	99,63	372.550,00	0,37	100.549.917,78	2,74
Segurança Pública .....	324.021.869,46	98,64	4.466.408,44	1,36	328.488.277,90	8,94
Administração .....	12.250.203,17	83,06	2.498.772,91	16,94	14.748.976,08	0,40
Turismo .....	18.163.423,91	97,06	550.000,00	2,94	18.713.423,91	0,51
Poder Judiciário .....	62.562.312,12	97,55	1.572.585,72	2,45	64.134.897,84	1,75
<b>Total</b>	<b>3.579.602.327,79</b>	<b>97,47</b>	<b>92.978.490,82</b>	<b>2,53</b>	<b>3.672.580.818,61</b>	<b>100,00</b>

.....

Pelo quadro exposto observa-se que a maior parte da despesa global do Estado processou-se através de créditos ordinários, sendo que as autorizações especiais suportaram o equivalente a 2,53% do total dos gastos.

Vale repisar que o mecanismo dos créditos especiais, cuja utilização deve cingir-se às situações de real excepcionalidade, vem adquirindo um caráter de normalidade, podendo-se notar que, dos órgãos relacionados no demonstrativo em análise, apenas quatro não se utilizaram desse tipo de autorização. Esse problema somente poderá ser superado aperfeiçoando-se o planejamento.

O citado demonstrativo revela, ainda, o elevado montante com que a Secretaria da Fazenda contribui para a formação da despesa geral do Estado.

É necessário, no entanto, esclarecer que o órgão responsável pela execução da política financeira estadual inclui nos seus gastos, além dos decorrentes do exercício das funções que lhe são afetas, os que se relacionam com a despesa classificada como "encargos gerais do Estado", no montante de Cr\$ ... 1.797.157.153,00. Dentre tais encargos destacam-se as contribuições para autarquias destinadas a custeio e investimentos; a transferência para os municípios de 20% da receita proporcionada pelo imposto de circulação de mercadorias e de parcela que lhes cabe do produto da taxa rodoviária única; os proventos de inativos; a integralização de capital de sociedades de economia mista e o serviço da dívida pública.

As despesas decorrentes das funções específicas da Secretaria da Fazenda somam Cr\$ 166.319.243,21, equivalentes a 4,53% dos gastos globais do Estado.

Por ordem de grandeza posicionam-se, a seguir, a Secretaria de Educação e Cultura, com 20,16%, e a Secretaria da Segurança Pública, com 8,94% da despesa global, índices praticamente iguais aos apresentados no ano anterior.

Cabe mencionar, ainda, o fato de que a Secretaria de Educação e Cultura continua aplicando os recursos provenientes do "salário-educação" à margem do mecanismo orçamentário, em que pesem os reiterados esforços desta Contadoria e Auditoria-Geral no sentido de que a movimentação desses recursos se pro

.....

.....  
cesse através da Lei de Meios.

Sob o ângulo da classificação econômica, a despesa assim se apresenta:

Despesas Correntes		
Despesas de Custeio .....	1.576.801.144,18	
Transferências Correntes	<u>1.226.500.072,75</u>	2.803.301.216,93
Despesas de Capital		
Investimentos .....	437.189.864,93	
Inversões Financeiras ...	67.070.512,20	
Transferências de Capital	<u>365.019.224,55</u>	<u>869.279.601,68</u>
		<u>3.672.580.818,61</u>
		=====

A estruturação dos dispêndios estaduais segundo a sua funcionalidade é um dos critérios de análise de alta significação. Para enriquecer a análise da despesa sob esse enfoque, ela será apresentada junto com a classificação econômica, conforme consta no quadro que segue.

.....

DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

FUNÇÕES	Despesas Correntes	%	Despesas de Capital	%	Total	%
0 - Governo e administração geral .....	196.638.453,55	62,3	118.774.736,23	37,7	315.413.189,78	8,59
1 - Administração financeira .....	814.064.754,30	90,2	88.473.247,43	9,8	902.538.001,73	24,58
2 - Defesa e segurança .....	337.461.248,89	96,0	14.189.618,55	4,0	351.650.867,44	9,58
3 - Recursos naturais e agropecuários ..	77.058.028,46	28,5	192.937.655,48	71,5	269.995.683,94	7,35
4 - Viação, transportes e comunicações .	120.788.987,41	37,5	201.550.986,14	62,5	322.339.973,55	8,78
5 - Indústria e comércio .....	20.966.524,78	10,2	184.215.891,55	89,8	205.182.416,33	5,58
6 - Educação e cultura .....	694.751.567,32	94,5	40.214.884,28	5,5	734.966.451,60	20,01
7 - Saúde .....	94.483.876,05	90,8	9.630.079,29	9,2	104.113.955,34	2,83
8 - Bem-estar social .....	440.759.177,05	97,9	9.547.197,73	2,1	450.306.374,78	12,26
9 - Serviços urbanos .....	6.328.599,12	39,4	9.745.305,00	60,6	16.073.904,12	0,44
TOTAL	2.803.301.216,93	76,3	869.279.601,68	23,7	3.672.580.818,61	100,00

.....

Os dados constantes na demonstração da folha anterior revelam que mais da metade ou, mais precisamente, 56,85% da despesa estadual foi absorvido por apenas três setores: "administração financeira", com 24,58%, "educação e cultura", com 20,01% e "bem-estar social", com 12,26%. Comparando-se estes índices com os apurados no exercício anterior, verifica-se que são praticamente idênticos.

Responde pela elevada participação do item "administração financeira" a inclusão no mesmo de encargos típicos da Administração como um todo, preponderando a amortização, juros e despesas diversas da dívida pública e a transferência aos municípios de 20% do produto do imposto de circulação de mercadorias e da quota-parte da taxa rodoviária única.

Em "bem-estar social" destacam-se as despesas com os proventos de inativos e as contribuições de previdência social.

As demais funções pelas quais se distribuem os restantes 43,15% da despesa geral apresentam índices de menor expressão, nenhuma delas atingindo a décima parte dos gastos realizados. É de notar-se que o item "viação, transportes e comunicações", cujos índices de participação em anos anteriores eram de molde a situá-lo entre os setores mais representativos, no ano em exame sofreu uma redução bastante acentuada, passando dos 11,62% de 1972, para 8,78% em 1973.

O setor que concorre com o mais baixo índice para a composição da despesa estadual continua sendo o dos "serviços urbanos", com 0,44%.

O desdobramento da despesa, segundo as funções, pode ser melhor visualizado através da representação gráfica da folha seguinte.

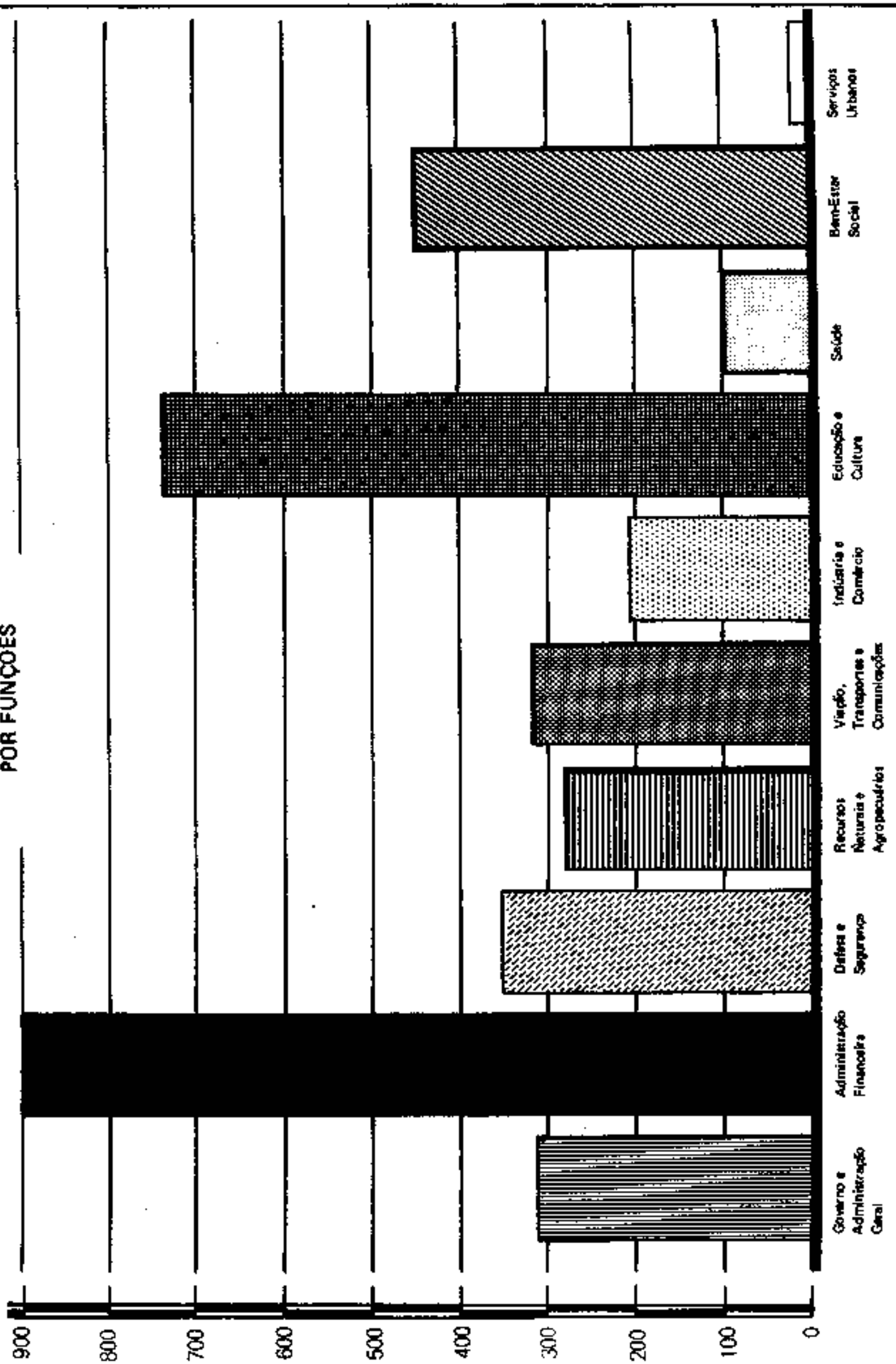
.....



# DESPEZA ORÇAMENTÁRIA

POR FUNÇÕES

MILHÕES DE Cr\$



.....

O desdobramento da despesa segundo os elementos permite identificar o instrumental utilizado pelo Governo na execução de seus programas. Dado o seu número, a composição dos gastos gerais pelos 28 elementos é demonstrada com detalhes nos anexos ao Balanço Geral da Administração Direta. Bastante elucidativa será, no entanto, a seguinte análise:

Elementos	Despesa	%
Pessoal .....	1.083.968.336,83	29,52
Inativos .....	316.042.261,86	8,61
Diversas Transferências Correntes ...	674.077.838,25	18,35
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas .....	300.255.959,06	8,18
Contribuições Diversas .....	298.604.028,16	8,13
Encargos Diversos .....	232.124.720,87	6,32
Outros dispêndios .....	<u>767.507.673,58</u>	<u>20,89</u>
	3.672.580.818,61	100,00
	=====	=====

Como se vê, há uma elevada concentração em alguns elementos de despesa que foram apresentados de forma discriminada. Em "outros dispêndios", com a participação de 20,89% do total, reúnem-se mais de vinte elementos.

O artigo 64 da Constituição Federal estabelece que as despesas de pessoal da União, dos Estados e dos Municípios terão seus limites fixados em lei complementar. Embora tal disposição não tenha sido regulamentada até a presente data, demonstra-se, a seguir, a comparação dos gastos classificados no elemento "pessoal" com as receitas correntes realizadas no último quinquênio:

Ano	Despesa do elemento Pessoal	Receitas Correntes	Porcentagem da despesa de pessoal sobre as receitas correntes
1969	388.919.604,29	968.159.866,04	40
1970	493.502.289,07	1.389.893.385,21	36
1971	703.737.388,15	1.766.399.089,80	40
1972	789.640.635,24	2.238.182.339,60	35
1973	1.083.968.336,83	3.111.817.831,23	35

É oportuno esclarecer que, além dos gastos classificados como "pessoal", existem outros da mesma natureza imputados ao elemento "serviços de terceiros" e relativos aos encarregados dos serviços de limpeza e higiene, de profilaxia e de assistência social.

#### CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA

O confronto da despesa fixada com a realizada constitui-se, sob

.....

.....  
o aspecto legal, na peça mais importante para o exame dos gastos governamentais, por ser a que evidencia a obediência aos limites estabelecidos pelo Poder Legislativo.

Essa comparação é minuciosamente detalhada nos demonstrativos que compõem o volume II do Balanço Geral.

Cabe expor, no entanto, de forma sucinta, os destaques resultantes desse confronto.

Antes de analisá-los segundo a natureza das autorizações legais, vale registrar que nenhuma delas, quer ordinária, quer especial, foi ultrapassada.

Despesa por créditos ordinários - O montante dos créditos inicialmente fixados na Lei de Meios para 1973, no valor de Cr\$ 3.555.832.731,00, foi elevado para Cr\$ 3.950.225.587,86, em consequência das alterações legalmente decretadas.

No primeiro capítulo desta exposição, essas alterações foram examinadas detalhadamente.

Num primeiro confronto, demonstra-se a economia alcançada, como segue:

Créditos ordinários	3.950.225.587,86
Despesa realizada	<u>3.579.602.327,79</u>
Saldo .....	370.623.260,07
	*****

Representando 9,4% dos créditos ordinários que vigoraram no exercício, essas economias acusam um dos mais baixos índices no último lustro, superando apenas o do ano de 1972, conforme se evidencia:

	1969	1970	1971	1972	1973
Saldos verificados (em milhares de cruzeiros) .....	135.125	247.686	249.908	251.162	370.623
Percentagem em relação à despesa fixada .....	10,4%	14,0%	11,6%	9,0%	9,4%

O saldo não utilizado distribuiu-se pelos seguintes órgãos:

Assembléia Legislativa .....	8.029.972,33
Tribunal de Contas .....	1.337.416,21
Governo do Estado .....	2.589.645,07
Secretaria do Interior e Justiça .....	3.197.767,69

.....

Secretaria de Coordenação e Planejamento .....	18.298.485,06
Secretaria da Fazenda .....	205.418.176,41
Secretaria da Agricultura .....	16.381.924,84
Secretaria da Indústria e Comércio .....	1.735.830,47
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações .....	318.542,73
Secretaria dos Transportes .....	455.044,32
Secretaria de Educação e Cultura .....	63.728.456,20
Secretaria da Saúde .....	3.124.102,95
Secretaria do Trabalho e Ação Social .....	3.857.809,19
Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Pú blicas .....	17.285.593,22
Secretaria da Segurança Pública .....	12.099.706,58
Secretaria da Administração .....	3.441.743,83
Secretaria de Turismo .....	2.062.576,09
Justiça .....	<u>7.260.466,88</u>
	370.623.260,07
	=====

As rubricas orçamentárias cujas dotações acusaram os maiores sal  
dos são especificadas a seguir:

Secretaria de Coordenação e Planejamento

5.01 4.3.5.0 Contribuições Diversas ..... 5.600.000,00

Secretaria da Fazenda

6.08 3.1.4.21 Restituições de receitas ..... 5.144.517,17

3.2.7.0 Juros da Dívida Pública  
3.2.7.3 Flutuante ..... 6.737.433,63

3.2.9.0 Diversas Transferências Correntes

3.2.9.3 Entidades Estaduais

Para o Departamento Autônomo de Estradas de  
Rodagem ..... 6.536.997,00

Para o Instituto de Previdência do Estado do  
Rio Grande do Sul  
Quote de Previdência ..... 31.600.000,00  
Melhoria às pensões em manutenção ..... 10.000.000,00

4.1.5.0 Participação em Constituição ou Aumento de Ca  
pital de Empresas ou Entidades Industriais e  
Agrícolas  
Aços Finos Piratini S.A. .... 17.552.087,05  
Companhia Estadual de Energia Elétrica .... 34.106.899,15  
Companhia Rio-Grandense de Saneamento ..... 17.654.000,00

4.2.2.0 Participação em Constituição ou Aumento de Ca  
pital de Empresas ou Entidades Comerciais ou  
Financeiras  
Companhia Estadual de Silos e Armazéns .... 6.926.022,29

.....

.....

4.2.4.0	Constituição de Fundos Rotativos .....	12.444.726,68
4.3.5.0	Contribuições Diversas	
4.3.5.2	Entidades Estaduais	
	Para o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais .....	11.559.000,00
4.3.5.5	Entidades Interestaduais .....	9.955.713,00

Secretaria de Educação e Cultura

11.02	4.1.1.0	Obras Públicas	
		Construção e Implantação das Escolas do PRE-MEM, 2a. e 3a. Fases .....	7.620.699,00
	4.1.2.0	Serviços em Regime de Programação Especial .	20.000.000,00

Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas

14.02	4.1.1.0	Obras Públicas	
		Construção do Centro Administrativo .....	5.204.562,64

Despesa por créditos especiais - Os créditos especiais vigentes no exercício sob exame atingiram o montante de Cr\$ 166.123.858,82, enquanto a despesa realizada nesse período, à conta desses adicionais, cifrou-se em Cr\$ 92.978.480,82. Os restantes Cr\$ 73.145.368,00 tiveram a seguinte destinação:

Saldos transferidos para 1974 .....	66.995.394,88
Saldos extintos por perda de vigência	<u>6.149.973,12</u>
	73.145.368,00
	=====

Os saldos extintos constituem real economia do exercício, ao passo que o valor dos créditos transferidos caracteriza-se como despesa em potencial, pois uma parte corresponde a compromissos já assumidos, pendentes apenas do implemento de determinadas condições, e a outra representa autorizações utilizáveis no exercício de 1974, como se demonstra:

Empenhos transferidos .....	1.210.000,00
Saldos transferidos .....	<u>65.785.394,88</u>
	66.995.394,88
	=====

EVOLUÇÃO DA DESPESA

Os três quadros que seguem mostram o comportamento da despesa estadual, no último lustro, sob três critérios de clas

.....

.....

sificação: segundo a natureza dos créditos que a suportaram; segundo os elementos utilizados pela administração para realizar o programa de governo e, por último, segundo os diversos setores em que foram aplicados os recursos públicos.

Pelos valores absolutos e relativos apresentados no primeiro das ses demonstrativos, destaca-se o acentuado incremento da despesa realizada à conta de créditos especiais, fato que foge à normalidade.

A evolução da despesa por elementos, nos últimos cinco anos, é pouco elucidativa pelo excesso de discriminação. Todavia, pode-se constatar os elevados índices de crescimento da despesa com a constituição de fundos rotativos, com as contribuições de previdência social e com os serviços em regime de programação especial.

Os demais elementos apresentam, na sua maioria, comportamento a proxímado ao do total da despesa.

O último quadro sob exame demonstra que, no ano de 1973, se verificaram os maiores afastamentos dos índices de incremento de algumas funções em relação ao da despesa global, particularmente "governo e administração geral" e "indústria e comércio", que cresceram num ritmo excepcional.

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR CRÉDITOS

NATUREZA	Números absolutos					Números relativos				
	1969	1970	1971	1972	1973	1969	1970	1971	1972	1973
Créditos ordinários ..	1.164.099.608	1.519.633.229	1.910.247.441	2.529.773.430	3.579.602.328	100	131	164	217	307
Créditos especiais ...	49.430.155	36.661.003	47.597.610	48.825.489	92.878.491	100	74	96	99	188
Despesa geral .....	1.213.529.763	1.556.294.232	1.957.845.051	2.578.598.919	3.672.580.819	100	128	161	212	303

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ELEMENTOS

ELEMENTOS	Números absolutos, em milhares de Cr\$							Números relativos				
	1969	1970	1971	1972	1973	1969	1970	1971	1972	1973		
Pessoal .....	388.320	493.502	703.737	789.641	1.083.968	100	127	181	203	279		
Material de Consumo .....	29.167	47.617	43.811	55.345	84.600	100	163	150	190	290		
Serviços de Terceiros .....	33.281	48.404	57.202	86.197	125.155	100	145	172	255	376		
Encargos Diversos .....	29.130	29.803	35.548	110.525	232.125	100	102	122	378	797		
Despesas de Exercícios Anteriores .....	11.023	1.956	9.918	16.396	50.863	100	16	90	149	461		
Subvenções Sociais .....	37.038	44.449	56.254	80.826	105.191	100	120	152	218	284		
Subvenções Econômicas .....	-	-	-	1.400	-	-	-	-	-	-		
Inativos .....	161.014	173.046	215.964	234.544	316.042	100	107	134	146	196		
Pensionistas .....	5.660	6.949	8.016	9.002	13.150	100	123	142	159	232		
Abono Familiar .....	4.579	6.150	6.984	8.349	13.831	100	134	153	182	302		
Juros da Dívida Pública .....	20.999	25.806	31.583	34.960	52.266	100	123	150	166	249		
Contribuições de Previdência Social .....	929	2.590	10.304	26.317	51.942	100	279	1.109	2.833	5.591		
Diversas Transferências Correntes .....	245.844	321.023	413.850	494.912	674.078	100	131	168	201	274		
Obras Públicas .....	21.014	42.855	9.972	36.014	128.886	100	204	47	171	613		
Serviços em Regime de Programação Especial .....	480	801	7.672	4.721	22.367	100	167	1.598	984	4.660		
Equipamentos e Instalações .....	13.986	10.009	8.797	35.394	20.254	100	72	63	253	145		
Material Permanente .....	2.400	4.293	12.714	8.951	13.088	100	179	530	373	545		
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas .....	63.035	76.185	52.834	156.582	252.595	100	121	84	252	401		
Aquisição de Imóveis .....	1.301	5.750	875	1.141	7.804	100	442	67	88	600		
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras .....	35.207	10.785	38.420	59.161	47.661	100	31	109	168	135		
Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento ..	-	1.072	-	536	-	-	-	-	-	-		
Constituição de Fundos Rotativos .....	94	3.150	2.650	4.943	11.605	100	3.351	2.019	5.259	12.346		
Diversas Inversões Financeiras .....	27	442	-	-	-	-	-	-	-	-		
Amortização da Dívida Pública .....	19.509	32.376	54.114	63.889	60.597	100	166	277	328	311		
Auxílios para Obras Públicas .....	8.926	17.885	12.721	3.412	3.319	100	200	143	38	37		
Auxílios para Equipamentos e Instalações	100	480	-	-	2.500	100	480	-	-	2.500		
Contribuições Diversas .....	80.469	148.915	163.905	253.431	298.604	100	185	204	315	371		
Despesa geral .....	1.213.530	1.556.293	1.957.045	2.578.599	3.672.581	100	128	161	212	303		



EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTARIA POR FUNÇÕES

FUNÇÕES	Em números absolutos					Em números relativos				
	1969	1970	1971	1972	1973	1969	1970	1971	1972	1973
0- Governo e administração geral .....	59.256.160	71.827.840	99.287.188	170.439.146	315.413.190	100	121	168	286	532
1- Administração financeira .....	330.094.708	391.948.607	495.513.994	622.294.724	902.538.002	100	119	150	189	273
2- Defesa e segurança .....	99.669.145	158.406.408	185.415.536	243.499.979	351.650.867	100	159	186	244	353
3- Recursos naturais e agropecuários .....	72.118.698	104.104.399	86.732.128	187.702.636	269.995.684	100	144	120	260	374
4- Viação, transportes e comunicações ....	106.490.416	158.204.528	229.846.470	299.686.592	322.339.974	100	149	216	281	303
5- Indústria e comércio	40.780.575	61.631.760	75.943.826	129.777.517	205.182.416	100	151	186	318	503
6- Educação e cultura	237.188.311	317.315.437	418.231.260	528.139.614	734.966.452	100	134	176	223	310
7- Saúde .....	29.017.360	39.463.011	50.682.057	60.946.288	104.113.955	100	136	175	210	359
8- Bem-estar social ....	217.864.140	245.647.350	300.907.864	325.368.290	450.306.375	100	113	138	149	207
9- Serviços urbanos ...	21.050.250	7.744.892	15.284.747	10.744.133	16.073.904	100	37	73	51	76
Despesa geral .....	1.213.529.763	1.556.294.232	1.957.845.051	2.578.598.919	3.672.580.819	100	128	161	212	303

2.1.3 - DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

A execução orçamentária, sob o critério de classificação econômica, é assim sintetizada:

	Receita	Despesa
Orçamento Corrente .....	3.111.617.831,23	2.803.301.216,93
Orçamento de Capital .....	385.834.888,65	869.279.601,68
Deficit financeiro .....	<u>175.128.098,73</u>	<u>-</u>
	3.672.580.818,61	3.672.580.818,61
	=====	=====

O deficit apurado decompõe-se como segue:

a) Orçamento Corrente

Receitas Correntes

Receita Tributária .....	2.739.947.739,28	
Receita Patrimonial .....	82.497.912,68	
Receita Industrial .....	14.607.779,67	
Transferências Correntes .....	94.580.891,65	
Receitas Diversas .....	<u>179.983.507,95</u>	3.111.617.831,23

Despesas Correntes

Despesas de Custeio .....	1.576.801.144,18	
Transferências Correntes .....	<u>1.226.500.072,75</u>	2.803.301.216,93
Superavit do Orçamento Corrente .....		<u>308.316.614,30</u>
		=====

b) Orçamento de Capital

Despesas de Capital

Investimentos .....	437.189.864,93	
Inversões Financeiras .....	67.070.512,20	
Transferências de Capital .....	<u>365.019.224,55</u>	869.279.601,68

Receitas de Capital

Operações de Crédito .....	174.521.513,29	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis .....	24.071.383,33	
Amortização de Empréstimos Concedidos .....	722.242,62	
Transferências de Capital .....	166.411.317,02	
Outras Receitas de Capital .....	<u>20.108.432,39</u>	385.834.888,65

Deficit do Orçamento de Capital .....		483.444.713,03
		=====

A soma algébrica dos resultados parciais demonstrados recompõe o deficit financeiro global:

.....

.....

Deficit do Orçamento de Capital .....	483.444.713,03
Menos: Superavit do Orçamento Corrente	<u>308.316.614,30</u>
Deficit financeiro do exercício .....	175.128.098,73
	=====

Os algarismos alinhados evidenciam que, a exemplo do que ocorreu em exercícios anteriores, o superavit do Orçamento Corrente vem se constituindo no principal suporte das despesas de capital.

A análise que se acaba de fazer é melhor divisada através da esquematização constante do quadro que segue.

.....

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

R E C E I T A	Cr\$	Cr\$	D E S P E S A	Cr\$	Cr\$
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			<b>DESPESAS CORRENTES</b>		
Receita Tributária ...	2.739.947.739,28		Despesas de Custeio .	1.576.801.144,18	
Receita Patrimonial ..	82.497.912,68		Transferências Corren-	1.226.500.072,75	2.803.301.216,93
Receita Industrial ...	14.607.779,67		tes .....		
Transferências Corren-	94.580.891,65		Superavit .....		308.316.614,30
tes .....	179.969.507,95	3.111.617.831,73			
Receitas Diversas ....		3.111.617.831,23			3.111.617.831,23
		=====			=====
Superavit do Orçamento		308.316.614,30	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		
Corrente .....			Investimentos .....	437.189.864,93	
			Inversões Financeiras	67.070.512,20	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			Transferências de Ca-	365.019.224,55	869.279.601,68
Operações de Crédito .	174.521.513,29		pital .....		
Alienação de Bens Mó-	24.071.383,33				
veis e Imóveis .....					
Amortização de emprés-	722.242,62				
timos Concedidos ....					
Transferências de Capi-	166.411.317,02				
tal .....	20.108.432,39	385.834.888,65			
Outras Receitas de Ca-					
pital .....		175.128.098,73			
<b>Deficit .....</b>		<b>869.279.601,68</b>			<b>869.279.601,68</b>

2.1.4 - ANÁLISE DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

O resultado da execução orçamentária de 1973 pode ser assim sintetizado:

Despesa realizada	3.672.580.818,61
Receita realizada	<u>3.497.452.719,88</u>
Deficit financeiro	175.128.098,73
	*****

Este resultado acusa, em relação ao deficit presumível apurado no capítulo inicial, uma redução de 22,34%.

A decomposição da despesa de acordo com a vinculação legal e técnica aos recursos que lhe deram cobertura e o seu confronto, classe a classe, com estes últimos, permite demonstrar a origem daquele deficit:

RECEITA REALIZADA

I - Fundo Geral .....	2.678.144.172,54
II - Fundos Especiais	
Parcela de 20% do imposto de circulação de mercadorias, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios .....	509.856.592,95
Parcela de 20% da compensação da menor receita do imposto de circulação de mercadorias, conforme Convênio nº AE-1/73 .....	2.395.989,30
Taxa rodoviária única	
Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	57.829.249,84
Parcela destinada aos Municípios .....	24.783.964,22
Contribuição do Departamento de Loteria do Estado .....	3.563.868,05
Receita escritural resultante do cancelamento, nos termos do Dec. Legisl. 3.055/73, de auxílios concedidos e não processados, classificada na rubrica "indenizações e restituições" .....	517.260,00
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica .....	39.530.381,65

.....

Quota-parte do imposto Único so bre minerais do país .....	5.521.980,28	
Auxílio do Departamento de Lote ria do Estado .....	<u>787.747,76</u>	644.787.034,05

III - Operações de crédito

Operações de crédito realizadas conforme discrimina ção constante na Análise da Receita .....		<u>174.521.513,29</u>
		3.497.452.719,88
		*****

DESPESA REALIZADA

I - Com cobertura em recursos do Fundo Geral		
a) da competência do exercício de 1973		
à conta de créditos ordiná - rios .....	2.605.913.904,50	
à conta de créditos especiais	<u>28.023.391,92</u>	2.633.937.296,42
b) da competência de exercícios anteriores		
à conta de créditos especiais .....		<u>34.902.115,07</u>
		2.668.839.411,49
II - Com cobertura em recursos dos Fundos Especiais		
à conta de créditos ordinários .....		603.650.988,00
III - Com cobertura em recursos de operações de crédito		
à conta de créditos ordinários	370.037.435,29	
à conta de créditos especiais .	<u>30.052.983,83</u>	<u>400.090.419,12</u>
		3.672.580.818,61
		*****

Cotejando-se os recursos de cada classe com as despesas realiza-  
das à conta dos mesmos, obtém-se os seguintes resultados parciais:

I - Resultado da gestão do Fundo Geral		
Receita realizada .....		2.678.144.172,54
Despesa realizada à conta dos recursos da competência do exercício .....		<u>2.633.937.296,42</u>
Superavit da gestão dos recursos do exercício .....		44.206.876,12
Despesa realizada à conta dos recursos da competên - cia de exercícios anteriores .....		<u>34.902.115,07</u>
Superavit da gestão do Fundo Geral .....		9.304.761,05
		*****
II - Resultado da gestão dos Fundos Especiais		
Receita realizada .....		644.787.034,05
Despesa realizada à conta dos recursos da competên cia do exercício .....		<u>603.650.988,00</u>
Superavit da gestão dos Fundos Especiais .....		41.136.046,05
		*****

.....

.....

III - Resultado da gestão dos recursos de operações de crédito

Despesa realizada .....	400.090.419,12
Receita realizada .....	<u>174.521.513,29</u>
Deficit da gestão de operação de crédito .....	225.568.905,83 =====

A soma algébrica dos resultados parciais permite recompor o resultado financeiro inicialmente demonstrado, como se expõe:

Superavit da gestão do Fundo Geral .....	9.304.761,05
Superavit da gestão dos Fundos Especiais .....	41.136.046,05
Deficit da gestão de operações de crédito .....	<u>225.568.905,83</u>
Deficit financeiro do exercício .....	175.128.098,73 =====

2.2.0 - OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Além das operações orçamentárias de receita e despesa, cujo resultado líquido é responsável pelas alterações quantitativas do patrimônio financeiro, figuram, também, no Balanço Financeiro, as chamadas entradas e saídas monetárias compensatórias que se processam à margem das autorizações contidas na Lei de Meios.

As operações extra-orçamentárias agrupam-se, naquela peça técnica, da seguinte forma:

RECEITA

Restos a Pagar (contrapartida da despesa empenhada) .....	323.264.883,58
Serviço da Dívida a Pagar .....	102.069.135,07
Depósitos .....	147.157.124,75
Débitos de Tesouraria .....	1.137.384.097,65
Outras operações .....	<u>1.259.858.028,25</u>
	2.969.733.268,30 =====

DESPESA

Restos a Pagar .....	210.281.118,38
Serviço da Dívida a Pagar .....	97.102.980,89
Depósitos .....	158.277.596,70
Débitos de Tesouraria .....	781.741.428,15
Outras operações .....	<u>1.452.956.774,88</u>
	2.700.359.899,00 =====

.....

.....

Sob o título "Demonstração das Operações Extra-Orçamentárias" inclui-se um anexo ao Balanço Financeiro, no qual essas entradas e saídas são examinadas minuciosamente, decompostas segundo a natureza dos fatos de que se originam e os efeitos que provocam na composição do patrimônio financeiro, contendo, ainda, a posição inicial e o saldo final das contas movimentadas.

Sob esse critério de análise, as operações extra-orçamentárias podem ser assim resumidas:

RECEITA

Recebimento de Créditos	54.346.185,85
Formação de Dívidas ...	<u>2.915.387.083,45</u>
	2.969.733.269,30
	=====

DESPESA

Formação de Créditos ..	165.186.595,56
Pagamento de Dívidas ..	<u>2.535.173.303,44</u>
	2.700.359.899,00
	=====

As operações assim analisadas, junto com as entradas e saídas monetárias decorrentes da execução do orçamento, constituem o universo da gestão financeira, cujos reflexos - tanto de ordem qualitativa como quantitativa - sobre o patrimônio financeiro, assim se apresentam:

Nas disponibilidades

Situação final .....	172.573.751,85
Situação inicial .....	<u>78.328.480,08</u>
Aumento de disponibilidades	94.245.271,57
	=====

No ativo realizável

Formação de créditos .....	165.186.595,56
Recebimento de créditos ..	<u>54.346.185,85</u>
Aumento de créditos .....	110.840.409,71
	=====

Na dívida flutuante

Formação de dívidas .....	2.915.387.083,45
Pagamento de dívidas .....	<u>2.535.173.303,44</u>
Aumento de dívidas .....	380.213.780,01
	=====

A recomposição do resultado financeiro pode ser, agora, demonstrada mediante a soma algébrica dessas variações:

.....



.....

Variações passivas		
Aumento de dívidas .....		380.213.780,01
Variações ativas		
Aumento de disponibilidades	94.245.271,57	
Aumento de créditos .....	<u>110.840.409,71</u>	<u>205.085.681,28</u>
Deficit financeiro do exercício .....		175.128.098,73
		*****

A exemplo do que vem ocorrendo nos últimos exercícios, a gestão financeira tem sido a causa exclusiva das alterações experimentadas pelo patrimônio financeiro.

### 3 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é o documento que demonstra a composição quantitativo-qualitativa do patrimônio administrativo do Estado.

Nessa demonstração, o patrimônio é classificado em dois grupos: o financeiro e o permanente.

No grupo financeiro reúnem-se, como componentes ativos, as disponibilidades, os créditos e os valores realizáveis e, como componentes passivos, os débitos de tesouraria, os depósitos de terceiros e os resíduos passivos.

Na área permanente figuram, como elementos positivos, os bens de uso especial, as participações, os créditos de lenta realização, os valores ativos em liquidação, os fundos de financiamento e de aumento de capital e os estoques de material e, como elementos negativos, a dívida fundada interna e a externa.

O patrimônio financeiro, cuja situação líquida negativa é de Cr\$ ... 899.094.338,01, desdobra-se na seguinte forma:

**Passivo**

Restos a Pagar .....	361.549.317,95	
Serviço da Dívida a Pagar .....	44.198.042,50	
Depósitos .....	21.922.055,90	
Débitos de Tesouraria .....	694.926.365,87	
Diversos .....	<u>126.378.245,27</u>	1.248.974.027,49

**Ativo**

Disponível .....	163.649.092,08	
Vinculado .....	8.924.659,57	
Realizável .....	<u>177.305.937,83</u>	<u>349.879.689,48</u>

Passivo financeiro descoberto .....		899.094.338,01 *****
-------------------------------------	--	-------------------------

A situação líquida financeira sofreu, no exercício sob exame, uma deterioração equivalente ao déficit financeiro apurado, como segue:

Passivo financeiro descoberto em 31/12/72..		723.966.239,28
Deficit resultante da execução orçamentária		<u>175.128.098,73</u>
Passivo financeiro descoberto em 31/12/73..		899.094.338,01 *****

Por sua vez, o patrimônio permanente apresenta uma situação líquida positiva, conforme se evidencia:

.....

.....

#### Ativo

Bens Móveis .....	143.848.815,14	
Bens Imóveis .....	273.474.267,69	
Bens de Natureza Industrial .....	8.316.098,91	
Créditos .....	383.902.104,42	
Participações .....	1.932.524.928,60	
Diversos .....	<u>131.684.661,28</u>	2.873.750.876,04

#### Passivo

Dívida Fundada Interna .....	362.426.938,63	
Dívida Fundada Externa .....	<u>75.631.872,13</u>	<u>438.058.810,76</u>

Ativo permanente líquido .....		2.435.692.065,28
		=====

A soma algébrica das duas situações líquidas parciais revela a situação líquida global existente no final do período administrativo, a saber:

Ativo permanente líquido ....	2.435.692.065,28
Passivo financeiro descoberto	<u>899.094.338,01</u>
Ativo Real Líquido .....	<u>1.536.597.727,27</u>
	=====

O Balanço Patrimonial expõe também as contas de compensação que representam as garantias dadas e recebidas pelo Estado, os valores em depósito, os valores nominais emitidos e outras situações que, indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio real.

Resumidamente, essas contas assim se apresentam:

Valores em poder de terceiros ...	104.838.700,00
Valores de terceiros .....	22.607.982,92
Valores nominais emitidos .....	880.443.141,31
Diversos .....	<u>1.446.219.386,26</u>
	2.454.109.210,49
	=====

### 3.1.0 - ATIVO DO ESTADO

Os elementos que integram o ativo são apreciados a seguir, de acordo com a classificação legal.

#### 3.1.1 - ATIVO FINANCEIRO

O ativo financeiro existente no final de 1973 apresenta apreciável

.....

incremento em relação à posição do ano anterior, conforme revelam os dados que seguem:

	1972	1973	Variação em 1973
Disponível .....	68.689.979,69	163.649.092,08	+ 94.959.112,39
Vinculado .....	9.638.500,39	8.924.659,57	- 713.840,82
Realizável .....	<u>66.465.528,12</u>	<u>177.305.937,83</u>	+ <u>110.840.409,71</u>
	144.794.008,20	349.879.689,48	+ 205.085.681,28
	=====	=====	=====

Eis como se distribuem as disponibilidades do Estado:

Caixa .....	24.740.517,54
Bancos .....	47.260.803,77
Exatorias .....	75.255.238,88
Coordenadorias .....	16.001.432,18
Moedas e Metais .....	139.170,98
Remessa de Exatores ....	<u>251.928,73</u>
	163.649.092,08
	=====

Os créditos e valores cuja mobilização independe de autorização legislativa especial e que compõem o ativo realizável assim se desdobram:

Diversos Responsáveis ..	118.404,69
Devedores Diversos .....	159.158.084,70
Fundo Estadual de Saúde.	799.357,77
Suprimentos Autorizados.	1.636.403,75
Prefeituras, c/Devedoras	5.932.823,60
Valores do Estado .....	<u>9.660.863,32</u>
	177.305.937,83
	=====

As contas representativas dos elementos integrantes do ativo financeiro são minuciosamente discriminadas nos anexos que ilustram o Balanço Patrimonial.

É oportuno, todavia, apresentar algumas apreciações sobre os componentes do ativo financeiro realizável.

Na conta "Diversos Responsáveis" estão contabilizados os débitos dos agentes da administração originários de pagamentos feitos indevidamente, de receitas arrecadadas a menor ou de outras responsabilidades patrimoniais.

.....

.....

Sob o título "Devedores Diversos" registram-se débitos de terceiros de diversas origens, dentre os quais destacam-se as seguintes parcelas: Cr\$ ... 73.121.178,80, da União Federal, referentes ao pagamento efetuado pelo Estado a inativos ferroviários nos exercícios de 1959 a 1973; Cr\$ 28.934.826,86, de devedores do Departamento de Imprensa Oficial, constituídos, em sua maior parte, por repartições estaduais; Cr\$ 23.089.157,28, do Programa Especial de Vias Expressas, correspondentes às retenções efetuadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e ainda não imputadas à despesa por falta de autorização específica; Cr\$ ... 16.339.654,16, da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, referentes a suprimentos feitos pelo Estado, a serem aplicados na integralização de futuro aumento de capital; Cr\$ 5.169.259,26, da Banrisul S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, provenientes da alienação de ações da Petróleo Brasileiro S.A. O restante, no valor de Cr\$ 12.504.008,34, reparte-se por numerosos devedores.

O saldo da conta "Fundo Estadual de Saúde" provém da aplicação de receitas industriais de unidades da Secretaria da Saúde, a ser regularizada através da abertura de crédito especial.

Reúnem-se em "Suprimentos Autorizados" débitos de diversas entidades, no montante de Cr\$ 1.636.403,75, sobressaindo: a Companhia Materiais Pró Casa Popular, com Cr\$ 725.181,34, o Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes, com Cr\$ ... 638.589,29, e a Rede Ferroviária Federal S.A., com Cr\$ 251.879,00.

O grupo "Prefeituras, c/Devedoras" engloba obrigações de diversas prefeituras municipais, dentre as quais prepondera a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com Cr\$ 2.182.966,45.

Completam o ativo financeiro os títulos mobiliários registrados em "Valores do Estado", num total de Cr\$ 9.660.863,32. Desses valores destacam-se certificados de depósitos bancários, com Cr\$ 5.000.000,00, e letras de câmbio, com Cr\$ 4.658.557,04, relacionados com a cessão de direitos à subscrição de ações do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

### 3.1.2 - ATIVO PERMANENTE

A composição sintética do patrimônio permanente, as posições exis-

.....

.....

tentes ao término dos dois últimos anos e as variações verificadas assim se demonstram:

	1972	1973	Variação em 1973
Bens Móveis .....	107.811.796,21	143.848.815,14	+ 36.037.018,93
Bens Imóveis .....	139.222.515,93	273.474.267,69	+ 134.251.751,76
Bens de Natureza Industrial	8.478.596,81	8.316.098,91	- 162.497,90
Créditos .....	291.901.033,74	383.902.104,42	+ 92.001.070,68
Participações .....	1.513.958.375,65	1.932.524.928,80	+ 418.566.552,95
Diversos .....	95.137.738,77	131.684.661,28	+ 36.546.922,51
	<u>2.156.510.057,11</u>	<u>2.873.750.876,04</u>	<u>+ 717.240.818,93</u>
	=====	=====	=====

Também em 1973 a Administração ainda não pôde contar com o tombamento e inventários completos dos bens móveis, imóveis e de natureza industrial. Somente os materiais existentes nos depósitos e compreendidos na conta "Almoxarifados", integrante do grupo "Diversos", é que estão submetidos a rigoroso controle físico e contábil.

Os componentes patrimoniais grupados sob o título "Créditos" figuram sob as seguintes contas:

Prefeituras, c/Empréstimo Externo de 1927 ....	357.289,28
Prefeituras, c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa .....	1.086,81
Dívida Ativa .....	381.113.666,36
União Federal, c/Responsabilidades Diversas ..	48.871,77
Devedores por Empréstimos .....	<u>2.381.190,40</u>
	383.902.104,42
	=====

A conta "Dívida Ativa" é a que mais se destaca. Representa débitos de contribuintes líquidos e certos, cuja cobrança é bastante lenta. Em 1973 verificou-se apreciável aumento, conforme se demonstra:

Saldo em 31/12/72 .....	288.419.580,27
Mais: Inscrições	122.925.422,13
Menos: Cobranças	<u>30.231.336,04</u>
Saldo em 31/12/73 .....	<u>381.113.666,36</u>
	=====

Pela ordem segue-se "Devedores por Empréstimos", dentre os quais abrangem débitos de prefeituras municipais decorrentes da revenda de equipamentos importados pelo Estado, com financiamento igual ao obtido dos fornecedores.

.....

.....

As demais contas que integram o grupo são de pequena expressão monetária e representam créditos de diversas procedências.

Em "Participações" inclui-se o capital aplicado pelo Estado em empresas e assim contabilizado:

Participações em Sociedades de Economia Mista .....	1.835.920.569,60
Participações Diversas .....	<u>96.604.359,00</u>
	1.932.524.928,60
	*****

Na primeira conta figuram as empresas nas quais o Estado exerce o domínio acionário. Na outra, classificam-se as entidades em que o Estado figura como participante minoritário.

Os quadros que seguem discriminam as empresas de que o Estado detém capital, destacando o capital subscrito, as parcelas integralizadas e as que estão por sê-lo. Estas desdobram-se, ainda, em duas partes: a que já foi empenhada e a que será imputada a exercícios futuros.

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Capital integralizado	Capital a integralizar (Despesa empenhada)	Participação em 31/12/73	Capital a integralizar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Aços Finos Piratini S.A. ....	125.021.342,95	-	125.021.342,95	17.552.087,05	142.573.430,00
Açúcar Gaúcho S.A. ....	3.759.000,00	-	3.759.000,00	102.564,00	3.861.564,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	37.149.220,00	-	37.149.220,00	-	37.149.220,00
Central Vitivinícola do Sul - VINOSUL S.A. ....	7.850.488,00	-	7.850.488,00	-	7.850.488,00
Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul .....	3.000.000,00	-	3.000.000,00	-	3.000.000,00
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul .....	4.999.700,00	10.000,00	4.999.700,00	-	4.999.700,00
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul .....	16.465.400,00	-	16.465.400,00	-	16.465.400,00
Companhia dos Terminais Pesqueiros do Rio Grande do Sul .....	3.000.000,00	-	3.000.000,00	-	3.000.000,00
Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras .....	3.000.000,00	-	3.000.000,00	-	3.000.000,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica .....	1.001.632.579,98	122.802,52	1.001.755.382,50	35.327.017,50	1.137.082.400,00
Companhia Estadual de Silos e Armazéns .....	89.336.754,68	2,97	89.336.757,65	6.758.242,35	96.095.000,00
Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras .....	326.000,00	-	326.000,00	-	326.000,00
Companhia Materiais Pró-Casa Fopular .....	133.958,00	-	133.958,00	-	133.958,00
Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas .....	14.702.719,00	-	14.702.719,00	3.000.000,00	17.702.719,00
Companhia Rio-Grandense de Latifúndios e Correlatos .....	10.120.638,00	-	10.120.638,00	-	10.120.638,00



DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Capital integralizado	Capital a integralizar (Despesa empenhada)	Participação em 31/12/73	Capital a integralizar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
.....					
Companhia Rio-Grandense de Mineração .....	14.988.401,00	-	14.988.401,00	-	14.988.401,00
Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados .....	-	500.000,00	500.000,00	-	500.000,00
Companhia Rio-Grandense de Saneamento .....	212.945.000,00	-	212.945.000,00	7.054.000,00	219.999.000,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações .....	279.721.362,50	-	279.721.362,50	-	279.721.362,50
Companhia Rio-Grandense de Turismo .....	2.500.000,00	-	2.500.000,00	-	2.500.000,00
Produtos Gaúchos S.A. ....	4.170.000,00	-	4.170.000,00	1.500.000,00	5.670.000,00
UNICA - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	475.200,00	-	475.200,00	-	475.200,00
	1.835.287.764,11	632.805,49	1.835.920.569,60	71.293.910,90	1.907.214.480,50

DEMONSTRATIVO DAS PARTICIPAÇÕES DIVERSAS DO ESTADO

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Capital integralizado	Capital a integrar lízar (Despesa empenhada)	Participação em 31/12/73	Total subscrito
Agrale S.A. - Tratores e Motores .....	2.699.000,00	-	2.699.000,00	2.699.000,00
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul .....	17.500.000,00	-	17.500.000,00	17.500.000,00
Banco Sul Brasileiro S.A. ....	3.091,00	-	3.091,00	3.091,00
Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. ....	7.234.632,00	-	7.234.632,00	7.234.632,00
Centrais de Abastecimento S.A. ....	12.240.000,00	-	12.240.000,00	12.240.000,00
Companhia Brasileira do Cobre .....	1.169.450,00	-	1.169.450,00	1.169.450,00
Construções Eletromecânicas S.A. ....	200.506,00	-	200.506,00	200.506,00
Frigorífico Anselmi S.A. - Indústria de Carnes, Derivados e Conservas ....	810.000,00	-	810.000,00	810.000,00
Indústria de Celulose Borregaard S.A.	5.465.704,00	-	5.465.704,00	5.465.704,00
Indústria de Electro-Aços Plangg S.A.	441.600,00	-	441.600,00	441.600,00
Petróleo Brasileiro S.A. ....	41.604.696,00	12.100,00	41.616.796,00	41.616.796,00
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Gran- dense)	7.223.580,00	-	7.223.580,00	7.223.580,00
	96.592.259,00	12.100,00	96.604.359,00	96.604.359,00

.....

No exercício de 1973, verificou-se um aumento líquido de Cr\$ ....  
412.708.398,95 na participação do Estado em sociedades de economia mista, assim des-  
dobrado:

Aços Finos Piratini S.A. ....	69.937.802,95
Açúcar Gaúcho S.A. ....	850.000,00
Central Vitivinícola do Sul - VINOSUL S.A. ....	7.850.488,00
Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul .....	3.000.000,00
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul .....	8.465.460,00
Companhia dos Terminais Pesqueiros do Rio Grande do Sul	3.000.000,00
Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras	3.000.000,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica .....	218.438.082,50
Companhia Materiais Pró Casa Popular .....	99.958,00
Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas .....	14.702.719,00
Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados .....	500.000,00
Companhia Rio-Grandense de Saneamento .....	6.346.000,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações .....	77.051.488,50
Produtos Gaúchos S.A. ....	570.000,00
UNICA - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ....	356.400,00
	<u>414.168.398,95</u>

Menos:

Companhia Estadual de Silos e Armazéns .....	<u>1.460.000,00</u>
	<u>412.708.398,95</u>
	=====

Em 1973 foram constituídas seis novas sociedades de economia mista, a saber: Central Vitivinícola do Sul - VINOSUL S.A., Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul, Companhia dos Terminais Pesqueiros do Rio Grande do Sul, Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras, Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas e Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados.

A redução líquida de Cr\$ 1.460.000,00 na participação do Estado no capital da Companhia Estadual de Silos e Armazéns é decorrente de retificações de registros de anos anteriores, no valor de Cr\$ 1.992.000,00, e da integralização de Cr\$ 532.000,00.

A conta "Participações Diversas" experimentou, no ano sob exame, um incremento de Cr\$ 5.858.154,00, assim distribuído:

Sociedades de Economia Mista:

Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. ....	374.703,00
--	------------

.....

.....

Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. ....	4.590.000,00	
Petróleo Brasileiro S.A. ... (-)	<u>1.719.479,00</u>	3.245.224,00

Sociedades Anônimas:

Agrale S.A. - Tratores e Motores .....	1.199.000,00	
Frigorífico Anselmi S.A. - Indústria de Carnes, Derivados e Conservas .....	210.000,00	
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense .....	<u>1.203.930,00</u>	<u>2.612.930,00</u>
		5.858.154,00
		*****

A origem da diminuição da participação acionária do Estado na Petróleo Brasileiro S.A. é demonstrada a seguir:

Alienação de ações .....		22.293.954,25
Menos		
Bonificação em ações .....	6.927.181,00	
Reajustamento de ações alienadas .....	<u>13.647.294,25</u>	<u>20.574.475,25</u>
Redução líquida .....		1.719.479,00
		*****

Resumindo, o aumento líquido verificado no grupo "Participações", no exercício sob exame, assim se apresenta:

Saldo em 31/12/72 .....		1.513.958.375,65
Mais		
Participações em Sociedades de Economia Mista Estaduais ...	412.708.398,95	
Participações Diversas .....	<u>5.858.154,00</u>	<u>418.566.552,95</u>
Saldo em 31/12/73 .....		1.932.524.928,60
		*****

Por fim, resta examinar o grupo "Diversos", que compreende os seguintes títulos:

Fundos para Financiamento .....	115.095.020,69
Fundos para Aumento de Capital .....	6.000.000,00
Valores Ativos em Liquidação .....	12.913,11
Almoxarifados .....	<u>10.576.727,48</u>
	131.684.661,28
	*****

Os recursos destinados ao financiamento de setores específicos assim se desdobram:

Administrados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

.....

Carteira de Crédito Agrícola	21.766.209,91	
Plano de Financiamento à Indústria Hoteleira .....	10.000,00	
Fundo de Amparo ao Esporte Gaúcho .....	2.500.000,00	
Fundo de Financiamento da Indústria de Laticínios .....	<u>176.546,26</u>	24.452.756,17
Administrados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul		
Fundo de Cooperação Financeira .....	62.673.838,37	
Fundo de Investimento da Pecuária .....	2.670.300,00	
Fundo Operação Empresa .....	<u>25.298.126,15</u>	<u>90.642.264,52</u>
		115.095.020,69
		*****

Esses fundos apresentam, em relação a 1972, um aumento da ordem de Cr\$ 33.157.017,93, assim distribuído:

Carteira de Crédito Agrícola .....	4.538.993,61
Fundo de Cooperação Financeira .....	18.562.751,00
Fundo Operação Empresa .....	<u>10.055.273,32</u>
	33.157.017,93
	*****

Por força da Lei nº 6.427, de 13 de outubro de 1972, os recursos vinculados ao Fundo do Estado do Rio Grande do Sul - FUNDESG, e administrados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, no valor de Cr\$ 15.242.852,83, foram incorporados ao Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM-RS.

Na conta "Fundos para Aumento de Capital" estão registradas as transferências feitas a diversas prefeituras municipais, para aplicação em projetos de eletrificação rural, cujas obras, quando concluídas, serão incorporadas ao patrimônio da Companhia Estadual de Energia Elétrica, à conta de aumento de capital do Estado.

Os materiais em depósito nas diferentes agências administrativas, no valor de Cr\$ 10.576.727,48, estão contabilizados sob o título "Almoxarifados". Através dessa conta é exercido não só o controle de ditos bens, como também é registrada a responsabilidade patrimonial dos agentes incumbidos de sua guarda e movimentação.

Completa o ativo permanente a conta "Valores Ativos em Liquidação", na qual estão compreendidos os remanescentes do acervo do extinto Banco Pelotense.

.....

.....

### 3.2.0 - DÍVIDAS DO ESTADO

No encerramento do exercício de 1973, o passivo do Estado apresentava a seguinte composição:

Dívida Fundada Externa	75.631.872,13
Dívida Fundada Interna	362.426.938,63
Dívida Flutuante .....	<u>1.248.974.027,49</u>
	1.687.032.838,25
	=====

Preliminarmente, deve-se esclarecer que a dívida pública não tem relação direta com os componentes do ativo. Por esse motivo, o passivo das entidades públicas encontra cobertura nas receitas dos exercícios futuros, particularmente pelo produto de impostos.

Assim, carece de qualquer fundamento técnico a comparação do ativo com o passivo, perfeitamente válida nas empresas.

Expressiva é, entretanto, a relação que pode ser estabelecida entre a receita, basicamente a de impostos, e a dívida pública. Eis os dados relativos ao último quinquênio:

Ano	Receita de impostos	Índice	Dívida pública	Índice
1969	871.802.375,30	100	754.897.045,06	100
1970	1.133.684.194,55	130	903.337.868,92	120
1971	1.549.462.968,24	178	1.004.876.666,71	133
1972	1.900.281.028,60	218	1.177.283.386,17	156
1973	2.888.252.617,59	308	1.687.032.838,25	223

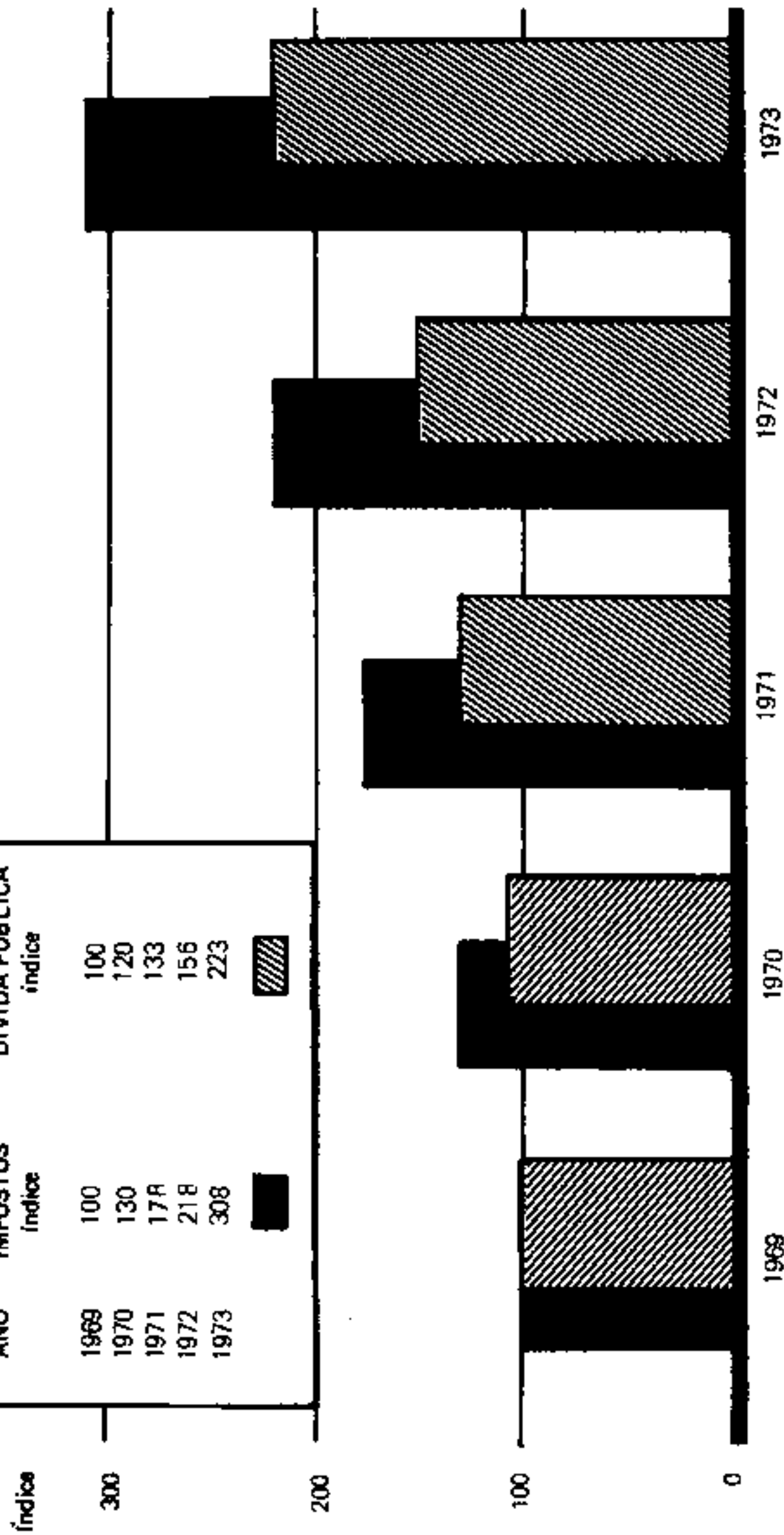
A comparação dos números relativos apresentados revela que o incremento da receita de impostos foi superior ao da dívida em todo o período.

O gráfico que segue demonstra a mesma evolução.

# ÍNDICES DA DÍVIDA PÚBLICA E DA RECEITA DE IMPOSTOS

POR QUINQUÊNIO

ANO	IMPOSTOS índice	DÍVIDA PÚBLICA índice
1969	100	100
1970	130	120
1971	178	133
1972	218	156
1973	308	223



.....

O serviço da dívida pública, compreendendo amortização, juros e outros encargos, absorveu, no último ano, recursos da ordem de Cr\$ 232.686.647,30, equivalentes a 8,65% da receita de impostos.

No último lustro, os gastos com o serviço da dívida e a sua relação com a receita de impostos assim se evidenciam:

Ano	Serviço da dívida pública	Índice	Percentagem do serviço da dívida pública sobre a receita de impostos
1969	66.989.512,40	100	7,68
1970	82.889.955,31	124	7,31
1971	117.413.563,31	175	7,58
1972	146.187.248,18	218	7,69
1973	232.686.647,30	347	8,65

Esses dados demonstram que os recursos utilizados no atendimento do serviço da dívida apresentam um aumento progressivo a partir de 1970, sendo que o mesmo foi mais apreciável no último período administrativo.

No exercício de 1973, o índice de crescimento do serviço da dívida pública superou o da receita de impostos. Até o ano citado, os mesmos apresentavam ritmo aproximado.

### 3.2.1 - DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

Em 31 de dezembro de 1973, a dívida externa do Estado totalizou Cr\$ .. 75.631.872,13.

Os débitos para com o exterior foram convertidos às taxas de câmbio vigentes no último dia do ano, ou seja, Cr\$ 6,22 para o dólar e Cr\$ 15,0612 para a libra, de acordo com o disposto no artigo 106 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Uma pequena parte da dívida externa provém de empréstimos de lançamentos efetuados nas primeiras décadas deste século e a outra, mais significativa, de aquisições de equipamento realizadas com financiamento e de uma operação financeira mediante contratos.

O serviço dos empréstimos em apólices vem sendo atendido pela União Federal, de acordo com o que estipula o Decreto-Lei federal nº 6.019, de 23 de novem-

.....



.....

bro de 1943, mediante reembolso do Estado.

Por seu turno, os encargos com os empréstimos contratados são atendidos diretamente pelo Estado.

Demonstra-se, a seguir, a evolução da dívida fundada externa no último quinquênio, em moeda estrangeira e nacional:

Ano	US\$	Índice	£	Índice	Cr\$	Índice
1969	2.417.646,68	100	107.920,00	100	11.645.795,11	100
1970	1.835.382,41	76	102.520,00	95	10.300.951,62	88
1971	1.607.793,87	66	529.764,14	491	16.697.602,23	143
1972	11.258.137,08	466	455.736,80	422	76.641.048,94	658
1973	11.030.568,54	456	466.217,95	432	75.631.872,13	649

Os índices expostos revelam que, em 1973, somente a dívida expressa em libras sofreu aumento, que teve como origem a inscrição do débito para com "The EMI Electronics Limited".

Os quantitativos em dólares e em moeda nacional apresentam um decréscimo em decorrência dos resgates efetuados.

No exercício de 1973 verificaram-se as seguintes variações líquidas em moeda nacional:

Posição em 31/12/72 .....	76.641.048,94
Mais	
Empréstimos em apólices	
Reajustamento cambial .....	46.065,47
Empréstimos contratados	
Operação de crédito realizada .....	1.672.230,40
Reajustamento cambial .....	<u>93.059,83</u>
	1.811.355,70
Menos	
Empréstimos contratados	
Amortizações relativas ao exercício de 1973 .....	<u>2.820.532,51</u>
Posição em 31/12/73 .....	75.631.872,13
	*****

Evidencia-se, a seguir, a posição inicial, as amortizações e o saldo final dos empréstimos externos, tanto em moeda estrangeira como nacional.

.....

Em dólares	US\$	Cr\$
Emissão .....	47.000.000,00	292.340.000,00
Amortização .....	<u>46.197.000,00</u>	<u>287.345.340,00</u>
	803.000,00	4.994.660,00
	=====	=====
 Em libras	 £	 Cr\$
Emissão .....	600.000,00	9.036.720,00
Amortização .....	<u>500.300,00</u>	<u>7.535.118,35</u>
	99.700,00	1.501.601,65
	=====	=====

#### Empréstimos contratados

Em dólares	US\$	Cr\$
Valor inicial .....	11.028.146,68	68.995.072,34
Amortização .....	<u>800.578,14</u>	<u>4.979.596,03</u>
	10.227.568,54	63.615.476,31
	=====	=====
 Em libras	 £	 Cr\$
Valor inicial .....	602.418,81	9.073.150,17
Amortização .....	<u>235.900,86</u>	<u>3.553.016,00</u>
	366.517,95	5.520.134,17
	=====	=====

O saldo dos empréstimos em apólices corresponde ao Plano "A", de acordo com o Decreto-Lei federal nº 8.019, de 23 de novembro de 1943.

Não obstante os encargos haverem sido imputados à despesa, não foi contabilizada nenhuma amortização, conforme ocorrera no ano de 1972. É que não foi recebida nenhuma comunicação do setor competente do Ministério da Fazenda, incumbido de atender o serviço da dívida sob exame, relativa às amortizações realizadas.

#### 3.2.2 - DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Em 31 de dezembro de 1973, a dívida fundada interna somou Cr\$ .....

362.426.938,63, assim distribuída:

Portadores de títulos .....	175.204.467,31
Banco do Brasil S.A. ....	105.182.889,86
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	23.723.352,59
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ...	1.106.520,52
Burroughs Eletrônica Limitada .....	5.836.848,00
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul .....	40.120.000,00
Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro .....	10.680,44
Financiadora de Estudos e Projetos S.A. ....	1.688.877,17
União Federal .....	<u>9.553.302,74</u>
	362.426.938,63
	=====

.....

.....

No último quinquênio, a evolução da dívida fundada interna assim se apresenta:

Ano	Empréstimos			Aumento em relação ao ano anterior %
	Em títulos	Contratados	Total	
1969	84.353.252,10	75.468.958,68	159.822.210,78	-
1970	78.259.938,80	109.469.640,02	187.729.578,82	17,5
1971	102.535.846,40	109.638.591,19	212.174.437,59	13,0
1972	117.198.247,30	114.683.842,45	231.882.089,75	9,3
1973	175.204.467,31	187.222.471,32	362.426.938,63	56,3

Tanto os números absolutos como os relativos demonstram que, até 1972, o crescimento dessas obrigações foi bastante modesto. No último ano, todavia, verificou-se um apreciável aumento.

Em confronto com o ano anterior, constata-se um acréscimo líquido de Cr\$ 130.544.848,88, resultante das seguintes operações:

Aumento da dívida

Operações de crédito realizadas

Empréstimos em títulos .....	76.566.737,19	
Empréstimos contratados .....	<u>96.282.545,70</u>	172.849.282,89

Inscrição de dívidas

Empréstimos em títulos .....	9.469.561,32	
Empréstimos contratados .....	<u>5.900.020,00</u>	<u>15.369.581,32</u>
		188.218.864,21

Menos

Redução da dívida

Resgates

Empréstimos em títulos .....	27.929.366,40	
Empréstimos contratados .....	<u>26.668.205,58</u>	56.597.571,98

Cancelamento de dívidas

Empréstimos em títulos .....	100.712,10	
Empréstimos contratados .....	<u>975.731,25</u>	<u>1.076.443,35</u>

Aumento líquido .....		<u>130.544.848,88</u> =====
-----------------------	--	--------------------------------

O aumento da dívida, no valor de Cr\$ 188.218.864,21, assim se desdobra:

Operações de crédito realizadas

Títulos lançados em circulação

Empréstimo Lei 5.553/67

Dec. 18.842, de 27/12/67 ..... 3.000.000,00

.....

Empréstimo Lei 6.079/70  
Dec. 20.720, de 27/11/70 ..... 6.781.000,00

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Te-  
souro do Estado do Rio Grande do Sul  
Dec. 22.224, de 19/12/72 - 1a. série . 66.785.737,19

#### Empréstimos contratados

Banco Regional de Desenvolvimento do Ex-  
tremo Sul, c/Empréstimo Grupo Executi-  
vo do Desenvolvimento da Indústria da  
Pesca ..... 219.165,30

Banco do Brasil S.A.

Empréstimo Programa de Formação do Pa-  
trimônio do Servidor Público  
10 milhões de cruzeiros, contratado em  
31/1/73 ..... 10.000.000,00

60 milhões de cruzeiros, contratado em  
6/11/73 ..... 18.000.000,00

Empréstimo de 60 milhões de cruzeiros,  
contratado em 7/3/73 ..... 60.000.000,00

Empréstimo Burroughs Eletrônica Limita-  
da ..... 8.063.380,40 172.849.282,89

#### Inscrição de dívidas

##### Empréstimos em títulos

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Es-  
tado do Rio Grande do Sul  
Dec. 17.806, de 16/2/66 - 1a. série  
(correção do valor nominal) ..... 3.410.394,20

Dec. 18.769, de 4/12/67 - 2a. série  
(correção do valor nominal) ..... 1.699.380,00

Dec. 18.873-B, de 30/12/67 - 3a. série  
(correção do valor nominal) ..... 1.019.655,00

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Te-  
souro do Estado do Rio Grande do Sul  
Dec. 22.224, de 19/12/72 - 1a. série  
(correção do valor nominal) ..... 3.340.132,12

##### Empréstimos contratados

Banco do Brasil S.A.

Empréstimo Financiamento de Equipamen-  
to IGRA/2 (correção monetária) ..... 90.568,17

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.  
A.

Empréstimo, c/Repasse Adela Internatio-  
nal Financing Company S.A. (correção  
monetária) ..... 5.110.181,86

Empréstimo, c/Repasse General Motors  
Scotland Limited (correção monetária) 368.182,23

.....

.....

Empréstimo Burroughs Eletrônica Limitada	327.896,40	
Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro		
Empréstimo Saneamento .....	<u>3.193,34</u>	<u>15.369.581,32</u>
		188.218.864,21
		=====

As reduções, por seu turno, cifraram-se em Cr\$ 57.674.015,33, as-

sim discriminadas:

Resgate de títulos

Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos		
Dec. 15.043, de 29/3/63 - 1a. série		
(4.000 apólices de Cr\$ 1,00 cada uma) .	4.000,00	
Empréstimo Lei 5.127/65		
Dec. 17.643, de 9/12/65 (11.034 apólices de Cr\$ 100,00 cada uma) .....	1.103.400,00	
Empréstimo Lei 5.162/65		
Dec. 17.667, de 18/12/65 (22.196 apólices de Cr\$ 100,00 cada uma) .....	2.219.600,00	
Empréstimo Lei 5.344/66		
Dec. 18.322, de 28/12/66 (4.032.000 apólices de Cr\$ 1,00 cada uma) .....	4.032.000,00	
Empréstimo Lei 5.603/68		
Dec. 19.363, de 7/11/68 (3.624.000 apólices de Cr\$ 1,00 cada uma) .....	3.624.000,00	
Empréstimo Lei 6.054/70		
Dec. 20.611, de 16/10/70 (115.201 apólices de Cr\$ 100,00 cada uma) .....	11.520.100,00	
Empréstimo Lei 6.076/70		
Dec. 20.721, de 27.11/70 (50.412 apólices de Cr\$ 50,00 cada uma) .....	2.520.600,00	
Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul		
Dec. 17.606, de 16/2/66 - 1a. série		
(3.801 apólices de Cr\$ 178,30 e 11.683 apólices de Cr\$ 190,70 cada uma) .....	2.905.666,40	

Resgate de empréstimos contratados

Banco do Brasil S.A.		
Empréstimo Desapropriação de Bens da Companhia Telefônica Nacional .....	3.497.435,56	
Empréstimo Recomposição de Dívidas ....	1.188.492,32	
Empréstimo Financiamento de Equipamento IGRA/1 .....	133.333,34	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.		
Empréstimo, c/Repasse Adela International Financing Company S.A. ....	12.075.257,75	

.....

.....

Empréstimo, c/Repasse General Motors Scotland Limited .....	4.089.355,25	
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul		
Empréstimo Grupo Executivo do Desenvolvimento da Indústria da Pesca .....	85.094,78	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul		
Empréstimo Saneamento .....	28.957,92	
Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro		
Empréstimo Saneamento .....	3.097,67	
Financiadora de Estudos e Projetos S.A.-FINEP - Bacia Taquari-Antas		
1a. Fase .....	828.000,00	
2a. Fase .....	391.229,75	
Empréstimo Burroughs Eletrônica Limitada	2.554.428,80	
União Federal		
Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa - Dólares .....	1.472,55	
Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa - Libras .....	49,89	
Empréstimos Ajustes para Liquidação de Dívidas		
Cr\$ 7,68 milhões .....	512.000,00	
Cr\$ 12 milhões .....	1.500.000,00	
Cr\$ 12,5 milhões .....	<u>1.780.000,00</u>	58.597.571,98
Cancelamento de dívidas		
Empréstimo em títulos		
Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul		
Dec. 17.806, de 16/2/66 - 1a. série ..	100.712,10	
Empréstimos contratados		
Banco do Brasil S.A.		
Empréstimo Desapropriação de Bens da Companhia Telefônica Nacional (correção monetária) .....	41.381,34	
Empréstimo Financiamento de Equipamento IGRA/2 (correção monetária) .....	86.792,46	
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul		
Empréstimo Lei 6.284/71 - Contrato nº 1 (correção monetária) .....	844.364,11	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul		
Empréstimo Saneamento .....	<u>3.193,34</u>	<u>1.076.443,35</u>
		57.674.015,33
		*****

.....

.....

### 3.2.3 - DÍVIDA FLUTUANTE

No encerramento do exercício de 1973, a dívida administrativa do Estado atingiu a cifra de Cr\$ 1.248.974.027,49, assim discriminada:

Restos a Pagar .....	361.549.317,95
Serviço da Dívida a Pagar	44.198.042,50
Depósitos .....	21.922.055,90
Débitos de Tesouraria ...	684.926.365,87
Diversos .....	<u>126.378.245,27</u>
	1.248.974.027,49
	=====

Apresenta-se, a seguir, a evolução dessas obrigações no último lustro:

Ano	Total	Índice	Aumento em relação ao ano anterior %
1969	583.429.039,17	100	-
1970	705.307.338,48	121	20,9
1971	776.004.626,89	133	10,0
1972	868.760.247,48	149	11,9
1973	1.248.974.027,49	214	43,7

Vê-se que, no último ano, a dívida flutuante sofreu uma violenta elevação, cifrada em Cr\$380.213.780,01 e que resultou das seguintes operações:

Formação de dívidas .....	2.919.582.712,43
Menos: Pagamento de dívidas	<u>2.539.368.932,42</u>
Aumento da dívida flutuante	380.213.780,01
	=====

O aumento ocorrido pode ser também assim demonstrado:

Deficit financeiro do exercício .....	175.128.098,73
Mais: Aumento do ativo financeiro .....	<u>205.085.681,28</u>
Aumento da dívida flutuante	380.213.780,01
	=====

Os aspectos mais significativos dos componentes do passivo financeiro são destacados a seguir.

#### RESTOS A PAGAR

Nesta conta estão registrados os resíduos passivos existentes no final de 1973, totalizando Cr\$ 361.549.317,95. Dessa quantia, Cr\$ .....

.....

.....

38.284.434,37 correspondem a obrigações de exercícios anteriores, e Cr\$ .....

323.264.883,58 referem-se a compromissos formados em 1973 e assim desdobrados:

Contas a Pagar ....	61.234.136,27
Folhas a Pagar ....	42.871.518,15
Vencimentos a Pagar	264.783,44
Empenhos a Liquidar	<u>218.894.465,72</u>
	323.264.883,58
	=====

Dos títulos relacionados, os três primeiros representam compromissos líquidos e certos, e o último compreende obrigações ainda não reconhecidas, em virtude de os credores não haverem comprovado ou ultimado a prestação de serviços ou o fornecimento de bens.

#### SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR

O serviço de amortização, juros, correção monetária e outros em cargos da dívida fundada interna e externa atingiu o montante de Cr\$ .....

44.198.042,50, assim especificado:

Serviço da Dívida Fundada Interna	34.096.301,66
Serviço da Dívida Fundada Externa	<u>10.101.740,84</u>
	44.198.042,50
	=====

Serviço da Dívida Fundada Interna - Os encargos registrados nesta conta desdobram-se como segue:

Portadores de títulos	1.625.626,46
Banco do Brasil S.A. .	1.194.597,89
União Federal .....	<u>31.276.077,31</u>
	34.096.301,66
	=====

Dentre estes débitos, predominam os da União Federal. Trata-se de encargos relativos a operações realizadas com o Governo da mencionada esfera e que estão sendo objeto de encontro de contas.

Os encargos para com portadores de títulos referem-se a apólices chamadas a resgate e juros vencidos que se encontram à disposição dos respectivos credores.

O crédito do Banco do Brasil S.A. relaciona-se com prestação vencida no final do exercício.

.....



.....

Serviço da Dívida Fundada Externa - Esta conta compreende a amortização, os juros e outros encargos com a dívida externa vencidos e não pagos. Quase a totalidade dessas obrigações é devida à União Federal e também foi objeto de propositão de encontro de contas.

#### DEPÓSITOS

Os depósitos específicos e de diversas origens assim se discriminam:

Depósitos Diversos .....	2.537.916,18
Depósitos de Consignatários ..	10.385.360,44
Depósitos de Responsáveis ....	174,20
Retenções .....	1.537.123,43
Cauções .....	594.287,49
Depósitos Públicos e Judiciais	4.246.797,78
Depósitos de Autarquias .....	<u>2.619.396,38</u>
	21.922.055,90
	*****

A característica fundamental desses componentes do passivo financeiro consiste na sua constante rotatividade, com exceção de "Depósitos de Responsáveis", que está em vias de extinção.

#### DÉBITOS DE TESOURARIA

As operações de crédito a curto prazo realizadas para a regularização do fluxo de caixa desdobram-se como segue:

Empréstimos por antecipação da receita realizados mediante contrato .....	137.078.236,24
Letras do Tesouro em circulação .....	<u>557.848.129,63</u>
	694.926.365,87
	*****

Os débitos registrados neste título apresentam um aumento de Cr\$ 355.642.869,50 em relação ao ano anterior, o que representa uma elevação de mais de cem por cento.

As letras do tesouro lançadas em circulação referem-se às emissões autorizadas pela Lei nº 5.120, de 6 de dezembro de 1965, alterada pelas de nºs 5.289, 5.592 e 6.078, respectivamente de 7 de dezembro de 1966, 29 de dezembro de 1967 e 10 de novembro de 1970, bem como às autorizadas pela Lei nº 6.465

.....

.....  
de 15 de dezembro de 1971, alterada pela de nº 6.647, de 10 de dezembro de 1973.

DIVERSOS

As contas representativas dos diversos componentes do passivo financeiro não compreendidas nos grupos já analisados encontram-se grupadas sob o título "Diversos" e serão objeto de exame a seguir.

Contribuições para Autarquias - As contribuições para autarquias, processadas e não entregues, assim se especificam:

Departamento Aeroviário do Estado	196.000,00
Departamento Autônomo de Estradas da Rodagem .....	7.027.616,00
Instituto de Previdência do Estado	<u>55.934.293,55</u>
	63.157.909,55
	=====

Contribuições para Fundações - O saldo das contribuições para fundações processadas mas não pagas, no final do período administrativo de 1973, assim se apresentava:

Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos .....	50.000,00
Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor .....	2.849.216,00
Fundação Gaúcha do Trabalho .....	<u>247.500,00</u>
	3.146.716,00
	=====

Cretores Diversos - Nesta conta englobam-se obrigações de diversas origens, no valor de Cr\$ 10.573.650,69. Os títulos das parcelas mais significativas são os seguintes:

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	1.375.759,67
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul .....	2.670.300,00
Companhia de Materiais Pró Casa Po- pular .....	767.362,09
Companhia Rio-Grandense de Nitroge- nados .....	500.000,00
Secretaria de Saúde, c/Fundo Esta- dual de Saúde .....	1.190.000,00

Fundo de Participação dos Municípios - Registra-se nesta conta a parcela de 20% sobre o produto da arrecadação, por parte do Estado, do imposto de circulação de mercadorias, mas pertencente aos municípios, na quantia de Cr\$. 12.283.475,84.

.....

.....

Fundo para Aquisição de Apólices - Este fundo, criado para a aquisição em Bolsa, à cotação do dia, de títulos da dívida pública estadual, aparece com um saldo de Cr\$ 130.005,00, que não apresentou movimentação nos últimos anos.

Cheques a Pagar - Os cheques existentes no final de 1973 relacionam-se, na sua maior parte, a vantagens de pessoal de exercícios anteriores, no valor de Cr\$ 1.756.310,77.

Prefeituras, c/Credoras - Sob este título são registrados os créditos eventuais, não classificáveis em outros títulos, de prefeituras. Por ocasião do encerramento do exercício, apresentava o saldo de Cr\$ 135.853,90.

Ordens de Pagamento - Em 31 de dezembro de 1973, as folhas de pagamento processadas e em condições de serem depositadas em estabelecimentos bancários, a favor de funcionários, somavam Cr\$ 31.435.033,94.

Prefeituras Municipais, c/Taxa Rodoviária Única - O valor de Cr\$. 2.776.814,48 representa a parcela não distribuída da quota-parte do produto da Taxa Rodoviária Única pertencente aos municípios.

Outras Contas - Compreendem-se sob este título o fundo de estoque de material, com Cr\$ 589.788,94, e os empenhos realizados à conta do mesmo fundo, com Cr\$ 392.684,16.

.....

#### 4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações de natureza quantitativo-qualitativas de que foi passível o patrimônio administrativo do Estado, resultantes ou não da execução orçamentária, são evidenciadas nesta peça técnica, que demonstra, também, o resultado patrimonial do exercício.

Sinteticamente, esse resultado assim se expressa:

Variações ativas ...	4.457.726.657,58
Variações passivas..	<u>4.045.149.619,45</u>
Superavit verificado	412.577.048,13 *****

O superavit apurado resulta de duas classes de fatos. Para melhor evidenciar sua origem, procede-se ao desdobramento do mesmo, segundo a espécie de variações de que resulta.

Apuram-se, assim, dois resultados parciais, iniciando-se pelo que deriva das variações decorrentes da execução orçamentária, a saber:

**a) Positivas**

Receita orçamentária .....	3.497.452.719,88
Menos: Mutações patrimoniais da receita	
Cobrança de dívida ativa .....	30.231.336,74
Alienação de bens imóveis .....	1.202.076,69
Alienação de títulos e valores .....	22.293.954,25
Empréstimos tomados .....	174.521.513,29
Recebimento de créditos .....	<u>722.392,72</u>
Receita efetiva .....	<u>3.268.481.446,89</u> *****

**b) Negativas**

Despesa orçamentária .....	3.672.580.618,61
Menos: Mutações patrimoniais da despesa	
Aquisição de bens móveis .....	33.945.178,60
Construção e aquisição de bens imóveis ...	131.699.751,06
Aquisição de títulos e valores .....	295.716.965,45
Amortização de dívidas .....	59.418.104,49
Formação de créditos .....	<u>33.157.017,93</u>
Despesa efetiva .....	<u>3.118.643.801,08</u> *****

O primeiro resultado parcial obtém-se mediante o confronto da re-

.....

.....

ceita e despesa efetivas:

Receita efetiva .....	3.268.481.446,89
Despesa efetiva .....	<u>3.118.643.801,08</u>
Superavit patrimonial da gestão orçamentária ...	149.837.645,81 =====

A seguir, determina-se o outro resultado parcial, decorrente das variações independentes da execução orçamentária:

a) Positivas

No patrimônio permanente

Inscrição de dívida ativa .....	122.925.422,13
Incorporação de bens móveis .....	2.350.732,03
Incorporação de bens imóveis .....	8.809.127,72
Incorporação de bens de natureza industrial .....	6.424.311,16
Inscrição de valores .....	208.345.769,75
Cancelamento de dívidas .....	1.222.045,82
Inscrição de créditos .....	15.299.328,72
Entradas de almoxarifado .....	<u>40.960.192,84</u>
	406.336.930,17 =====

b) Negativas

No patrimônio permanente

Baixa de bens .....	11.900.751,09
Inscrição de dívidas passivas .....	15.654.309,09
Baixa de valores .....	78.445.080,83
Cancelamento de créditos .....	27.098,58
Saídas de almoxarifado .....	<u>37.570.288,26</u>
	143.597.527,85 =====

A soma algébrica destas variações evidencia o segundo resultado parcial, como segue:

Variações ativas .....	406.336.930,17
Variações passivas .....	<u>143.597.527,85</u>
Superavit patrimonial extra-orçamentário .....	262.739.402,32 =====

A reunião dos superavits parciais apurados recompõe o resultado patrimonial do exercício:

Superavit patrimonial orçamentário .....	149.837.645,81
Superavit patrimonial extra-orçamentário .....	<u>262.739.402,32</u>
Superavit patrimonial do exercício .....	412.577.048,13 =====

.....

.....

Os dados expostos revelam que a maior parte do superavit patrimonial decorre de fatos independentes da execução orçamentária. Dentre estas, destacam-se a valorização e a inscrição de ações representativas do capital em que o Estado participa, resultantes, em sua maioria, da incorporação de lucros e da reavaliação do ativo, e a inscrição da dívida ativa.

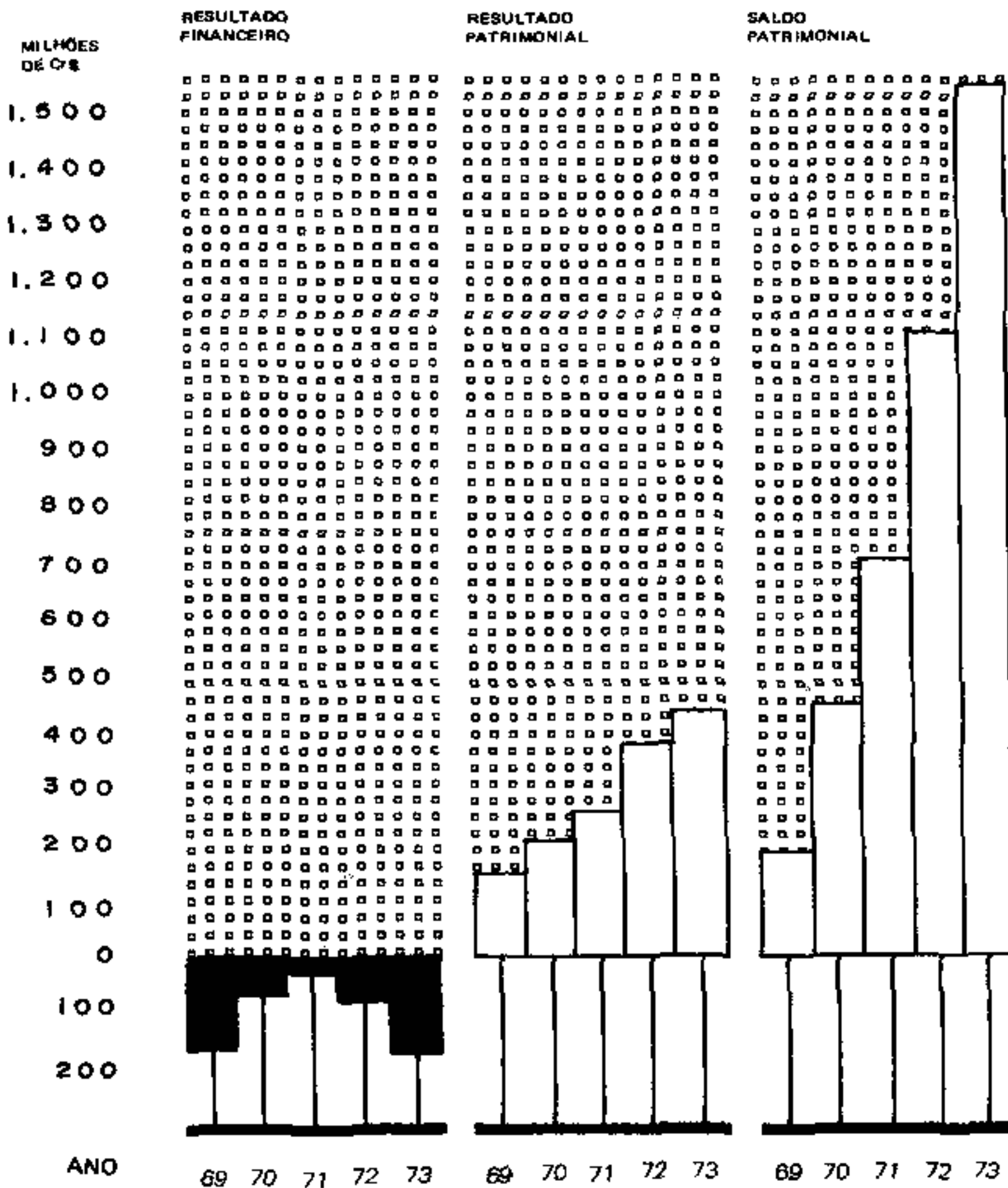
O reflexo decorrente do resultado patrimonial na situação líquida existente no início do período administrativo assim se apresenta:

Ativo Real Líquido em 31/12/72	1.124.020.679,14
Superavit patrimonial em 1973	<u>412.577.048,13</u>
Ativo Real Líquido em 31/12/73	1.536.597.727,27
	*****

Através do gráfico que segue demonstra-se o comportamento dos resultados financeiro e patrimonial e da situação líquida no último quinquênio.

# EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS E DA SITUAÇÃO LÍQUIDA

POR QUINQUÊNIO



5 - APURAÇÃO DO DESCOBERTO FINANCEIRO EM 31/12/73

As insuficiências financeiras acumuladas somaram, no final de 1973, Cr\$ 462.306.089,26. Essa posição, comparada com a do ano anterior, sofreu um agravamento da ordem de Cr\$ 2.747.130,53.

A apuração do descoberto financeiro acumulado é feita de acordo com critério consagrado pelo uso e que consiste na confrontação do valor dos componentes do ativo e do passivo financeiros, quer reais, quer potenciais. Os elementos reais são expostos no Balanço Patrimonial, enquanto os potenciais são apurados neste capítulo.

O ativo potencial compreende o produto de receitas legalmente vinculadas e de operações de crédito que deram cobertura a autorizações de despesa, mas que ainda não foram realizadas.

Por sua vez, o passivo potencial engloba as receitas de aplicação específica e o produto de empréstimos não utilizados para a cobertura de despesas e que se vinculavam, bem como os créditos especiais abertos com suporte em recursos do orçamento de 1973 transportados para o exercício seguinte.

De acordo com essas regras, apuram-se, a seguir, os componentes potenciais.

Inicialmente são demonstrados os elementos integrantes do ativo potencial, num total de Cr\$ 587.366.729,40, cuja origem é a seguinte:

I - Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 1ª. série (Lei 5.121, de 6/12/65, e Dec. 17.806, de 16/2/66)

a) Créditos abertos

Especiais

Em 1966 (v. fls. 35 e 36 do Balanço de 1966) .....	22.762.303,58	
Em 1967 (v. fls. 33 e 34 do Balanço de 1967) .....	719.100,00	
Em 1968 (v. fl. 33 do Balanço de 1968) .....	100.000,00	
Em 1969 (v. fls. 30 e 31 do Balanço de 1969) .....	3.270.000,00	
Em 1971 (v. fl. 29 do Balanço de 1971) .....	<u>236.018,30</u>	27.089.421,88

.....



Suplementares

Em 1967 .....	4.223.192,00	
Em 1969 .....	<u>1.152.951,90</u>	<u>5.376.143,90</u>
		32.465.565,78

b) Crédito de 1966, revigorado em 1968		
Dec. 18.300, de 27/12/66 .....		<u>785.158,16</u>
		33.250.723,94

Menos

c) Saldos de créditos extintos		
Em 1967 (v. fls. 33 e 34 do Balanço de 1967) .....	887.446,62	
Em 1968 (v. fl. 33 do Balanço de 1968) .....	772.400,00	
Em 1969 (v. fl. 30 do Balanço de 1969) .....	<u>237.925,42</u>	<u>1.897.772,04</u>
		31.352.951,90

Menos

d) Cancelamento de créditos por redução		
Dec. 18.751, de 23/11/67..	100.000,00	
Dec. 19.439, de 10/12/68..	100.000,00	
Em 1969 (v. fls. 30 e 31 do Balanço de 1969) .....	<u>1.152.951,90</u>	<u>1.352.951,90</u>
		30.000.000,00

Menos

e) Produto recebido até 31/12/73 .....		<u>28.846.948,35</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>1.153.051,65</u>
		=====

II - Empréstimo Apólicas Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 2ª. série (Lei 5.121, de 6/12/65, e Dec. 18.769, de 4/12/67)

a) Créditos especiais abertos		
Em 1967 (Dec. 18.756, de 29/11/67) .....	10.000.000,00	
Em 1971 (Dec. 21.337, de 30/9/71) .....	<u>127.267,94</u>	<u>10.127.267,94</u>

Menos

b) Saldo de crédito extinto		
Em 1969 (Dec. 18.756, de 29/11/67) .....		<u>127.267,94</u>
		10.000.000,00

Menos

c) Produto recebido até 31/12/73 .....		<u>9.999.907,20</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>92,80</u>
		=====

.....

.....  
 III - Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 3a. série (Lei 5.121, de 6/12/65, e Dec. 18.873-B, de 30/12/67)

a) Créditos abertos

Especiais

Em 1969 (v.fl. 31 do Balanço de 1969) .....	5.500.000,00	
Em 1971 (v.fl. 29 do Balanço de 1971) .....	<u>855.000,00</u>	6.355.000,00

Suplementares

Em 1967 .....		<u>4.500.000,00</u>
		10.855.000,00

Menos

b) Saldo de créditos extintos

Em 1969 (v.fl. 31 do Balanço de 1969) .....		<u>855.000,00</u>
		10.000.000,00

Menos

c) Produto recebido até 31/12/73 .....		<u>6.000.103,20</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>3.999.896,80</u>
		=====

IV - Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 4a. série (Lei 5.121, de 6/12/65, e Dec. 20.008, de 5/12/69)

a) Créditos abertos

Especiais

Em 1969 (Dec. 20.075, de 31/12/69) .....	182.000,00	
Em 1970 (v.fl. 30 do Balanço de 1970) .....	8.357.842,28	
Em 1971 (v.fl. 29 do Balanço de 1971) .....	<u>259.373,49</u>	8.799.215,77

Suplementares

Em 1970 .....	1.834.976,00	
Em 1972 .....	<u>20.000,00</u>	<u>1.854.976,00</u>
		10.654.191,77

Menos

b) Saldos de créditos extintos

Em 1970 (v.fl. 30 do Balanço de 1970) .....	384.191,77	
Em 1971 (v.fl. 29 do Balanço de 1971) .....	<u>20.000,00</u>	<u>404.191,77</u>
		10.250.000,00

.....

.....  
Menos

c) Cancelamento de crédito por redução

Em 1970 (Dec. 20.433, de 12/8/70) .....		<u>250.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		10.000.000,00
		=====

V - Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 5a. série (Lei 5.121, de 6/12/65, e Dec. 20.571, de 30/9/70)

a) Créditos abertos

Especiais

Em 1970 (v.fl. 31 do Balanço de 1970) .....	6.000.000,00	
Em 1971 (v.fl. 30 do Balanço de 1971) .....	<u>2.074.866,27</u>	8.074.866,27
Suplementares		
Em 1971 .....	1.705.464,24	
Em 1972 .....	<u>1.007.763,49</u>	<u>2.713.227,73</u>
		10.788.094,00

Menos

b) Saldo de créditos extintos

Em 1971 (v.fl. 30 do Balanço de 1971) .....		<u>788.094,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		10.000.000,00
		=====

VI - Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 6a. série (Lei 5.121, de 6/12/65, e Dec. 21.701, de 26/4/72)

a) Créditos abertos

Especiais

Em 1972 (v.fl. 27 do Balanço de 1972) .....	24.183.997,00	
Em 1973 (v.fl. 27 do Balanço de 1973) .....	<u>1.553.837,73</u>	25.737.834,73
Suplementares		
Em 1972 .....		<u>5.172.236,51</u>
		30.910.071,24

Menos

b) Saldo de créditos extintos

Em 1972 (v.fl. 27 do Balanço de 1972) .....	910.071,24	
Em 1973 (v.fl. 27 do Balanço de 1973) .....	<u>1.072.000,00</u>	<u>1.982.071,24</u>
Parcela a realizar vinculada .....		28.928.000,00
		=====

.....		
VII - Empréstimo em apólices Lei 5.162/65 (Dec. 17.667, de 18/12/65)		
a) Créditos suplementares abertos em 1965 .....		10.000.000,00
Menos		
b) Produto recebido até 31/12/73 .....		<u>6.966.900,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>3.033.100,00</u>
		*****
VIII - Empréstimo em apólices Lei 5.603/68 (Dec. 19.363, de 7/11/68)		
a) Crédito suplementar aberto		
Em 1968 (Dec. 19.430, de 7/12/68) .....		80.000.000,00
Menos		
b) Produto recebido até 31/12/73 .....		<u>11.128.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>68.872.000,00</u>
		*****
IX - Empréstimo em apólices Lei 6.054/70 (Dec. 20.611, de 16/10/70)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1971 (v.fl. 30 do Balanço de 1971) .....		10.258.000,00
Suplementares		
Em 1970 .....	110.000.000,00	
Em 1971 .....	<u>586.000,00</u>	<u>110.586.000,00</u>
		120.844.000,00
Menos		
b) Saldos de créditos extintos		
Saldo não utilizado do Fundo de Reserva Orçamentária de 1970 .....	10.844.843,77	
Em 1971 (v.fl. 30 do Balanço de 1971) .....	<u>33.116,00</u>	<u>10.877.959,77</u>
		109.966.040,23
Menos		
c) Produto recebido até 31/12/73 .....		<u>16.763.100,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>93.202.940,23</u>
		*****
X - Empréstimo em apólices Lei 6.076/70 (Dec. 20.721, de 27/11/70)		
a) Créditos abertos		
Especiais		

.....

.....	Em 1970 (Dec. 20.734, de 27/ /11/70) .....	16.000.000,00	
	Em 1971 (v.fl. 30 do Balan ço de 1971) .....	<u>6.000.000,00</u>	22.000.000,00
	Menos		
	b) Saldo de créditos extintos		
	Em 1971 (v.fl. 30 do Balanço de 1971) .....		<u>3.848.996,09</u>
			18.151.003,91
	Menos		
	c) Cancelamento de créditos especiais por redução de 1971 (Dec. 21.211, de 28/7/71) .....		<u>6.000.000,00</u>
			12.151.003,91
	Menos		
	d) Produto recebido até 31/12/73 .....		<u>6.795.000,00</u>
	Parcela a realizar vinculada .....		5.356.003,91
			=====
XI -	Empréstimo em apólices Lei 6.079/70 (Dec. 20.720 , de 27/11/70)		
	a) Crédito suplementar aberto		
	Em 1970 (Dec. 20.720, de 27/11/70) .....		25.000.000,00
	Menos		
	b) Produto recebido até 31/12/73 .....		<u>7.001.000,00</u>
	Parcela a realizar vinculada .....		17.999.000,00
			=====
XII -	Empréstimo de financiamento "EMI Electronics Limi- ted, c/TV Educativa" - Dec. Legisl. 2.811, de 26/ /11/70, e Lei 6.123, de 18/12/70		
	a) Créditos especiais abertos		
	Em 1970 (Dec. 20.832, de 29/12/70) .....	1.247.472,36	
	Em 1972 (Dec. 22.303, de 29/12/72) .....	<u>1.100.000,00</u>	2.347.472,36
	Menos		
	b) Produto recebido até 31/12/73 .....		<u>1.672.230,40</u>
	Parcela a realizar vinculada .....		675.241,96
			=====
XIII -	Empréstimo em apólices Lei 6.132/70 ( Dec. 20.859, de 31/12/70)		
	a) Créditos abertos		
	Especiais		
	Em 1972 (Dec. 21.816, de 30/6/72) .....		460.000,00

.....

Suplementares		
Em 1970 (Dec. 20.848, de 31/12/70) .....		<u>11.371.478,27</u>
		11.831.478,27
Menos		
b) Saldo de crédito extinto		
Em 1972 (Dec. 21.816, de 30/6/72) .....		<u>178,03</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>11.831.300,24</u>
		=====
XIV - Empréstimo contratado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Lei 6.164, de 31/12/70		
a) Créditos suplementares abertos		
Em 1971 .....		1.683.000,00
Menos		
b) Produto recebido até 31/12/73 .....		<u>1.191.615,30</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>491.384,70</u>
		=====
XV - Empréstimo de financiamento "Burroughs Eletrônica Limitada, c/Equipamento" - Lei 6.395, de 7/7/72		
a) Crédito especial aberto		
Em 1972 (Dec. 21.870, de 17/7/72) .....		12.824.750,00
Menos		
b) Saldo de crédito extinto		
Em 1972 (Dec. 21.870, de 17/7/72) .....		<u>160.572,53</u>
		12.664.177,47
Menos		
c) Parcela recebida até 31/12/73 .....		<u>8.063.380,40</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>4.600.797,07</u>
		=====
XVI - Empréstimo em apólices Lei 6.452/72 (Dec. 22.202, de 7/12/72)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1972 (Dec. 22.211, de 13/12/72) .....		31.600.000,00
Suplementares		
Em 1972 .....	68.400.000,00	
Em 1973 .....	<u>4.582.926,39</u>	<u>72.982.926,39</u>
		104.582.926,39
Menos		
b) Saldos de créditos extintos		
Em 1973 (Dec. 22.211, de 13/12/72) .....		<u>667.927,51</u>
		103.914.998,88
		.....

.....		
c) Créditos cancelados por redução		
Em 1973 (Dec. 22.211, de 13/12/72) .....		<u>4.582.926,39</u>
Parcela a realizar vinculada .....		99.332.072,49 *****
XVII - Empréstimo em apólices Lei 6.626, de 21/11/73		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1973 (Dec. 22.829, de 27/11/73) .....		16.450.000,00
Suplementares		
Em 1973 .....		<u>208.151.733,00</u>
		224.601.733,00
Menos		
b) Saldo de crédito extinto		
Saldo não utilizado do Fundo de Reserva Orça-		
mentária de 1973 .....		<u>482.961,29</u>
		224.118.771,71 *****
XVIII - Empréstimo Lei 6.657, de 12/12/73		
Crédito especial aberto		
Em 1973 (Dec. 22.917, de 26/12/73) .....		<u>3.361.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		3.361.000,00 *****
XIX - Renda do Departamento da Loteria do Estado		
Recursos proporcionados pelo Departamento da Lote-		
ria do Estado, nos termos da Lei 4.631, de 9/12/63,		
alterada pela Lei 4.760, de 17/7/64		
a) Recursos utilizados		
Vinculados ao art. 9º de		
Lei 4.760/64		
Despesas realizadas à		
conta de dotações orça-		
mentárias - Código 1.02,		
3.02 e 11.09 (Plano de		
Subvenções e Auxílios)	3.984.625,00	
Vinculados ao art. 3º da		
Lei 4.631/63		
Despesas realizadas à		
conta de dotações orça-		
mentárias - Código 3.02		
(Plano de Subvenções e		
Auxílios) .....	<u>848.000,00</u>	4.832.625,00
Mais		
b) Parcelas a realizar, consideradas como componen-		
tes do Ativo Potencial na exposição sobre o Ba-		
lanço de 1972		
		.....

Vinculada ao art. 9º da Lei 4.760/64 .....	355.917,69	
Vinculada ao art. 3º da Lei 4.631/63 .....	<u>92.408,96</u>	<u>448.326,65</u>
		5.280.951,65

Menos

c) Recursos realizados no exercício de 1973

Vinculados ao art. 9º da Lei 4.760/64, inclusi- ve a parcela de Cr\$ .. 517.260,00, referente a auxílios concedidos em 1972, à conta dos recur- sos do Departamento da Loteria do Estado, can- celados pelo Dec. Le- gisl. 3.055/73, e escri- turada na rubrica "re- ceita de indenizações e restituições" .....	4.081.128,05	
Vinculados ao art. 3º da Lei 4.631/63 .....	<u>787.747,76</u>	<u>4.868.875,81</u>
Parcela a realizar		
Vinculada ao art. 9º da Lei 4.760/64 .....	259.414,64	
Vinculada ao art. 3º da Lei 4.631/63 .....	<u>152.661,20</u>	<u>412.075,84</u>

Os componentes do passivo potencial somam Cr\$ 150.578.480,65 e as-  
sim se desdobram:

I - Créditos especiais transferidos para 1974 .....	66.995.394,88	*****
II - Fundo de Participação dos Municípios (§ 8º do art. 23 da Constituição Federal)		
a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição so- bre o Balanço de 1972 .....	32.944.278,05	
b) Recursos realizados no exercício, equivalentes a 20% da receita originária do imposto de circula- ção de mercadorias, excluída a soma de Cr\$ .....	509.856.592,95	
c) Recursos realizados no exercício, corresponden- tes a 20% da compensação da menor receita do im- posto de circulação de mercadorias, conforme con- vênio nº AE-1/73 .....	<u>2.395.989,30</u>	
		<u>545.196.858,30</u>



.....

Menos

d) Recursos utilizados

Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias - Código 6.08 - Encargos Gerais do Estado (Diversas Transferências Correntes - Entidades Municipais) ..... 494.100.000,00

Saldo dos recursos a utilizar ..... 51.096.858,30  
\*\*\*\*\*

III - Taxa Rodoviária Única, participação do Estado, Municípios e PROGRES (Programa Especial de Vias Expressas)

Recursos proporcionados pela Taxa Rodoviária Única, instituída pela Dec.-Lei federal 999, de 21/10/69, alterado pelo Dec.-Lei 1.242, de 30/10/72

a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1972

Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem ..... 3.328.318,20

Vinculados aos Municípios ..... 266.685,06 3.595.003,26

b) Recursos realizados no exercício de 1973 (Lei .. 5.987, de 22/7/70)

Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem ..... 34.720.382,32

Vinculados aos Municípios ..... 24.803.674,46

Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES ..... 23.089.157,28 82.613.214,08

86.208.217,32

Menos

c) Recursos utilizados e assim distribuídos, conforme Lei 5.987, de 22/7/70

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem ..... 34.722.449,56

Prefeituras Municipais ... 25.065.531,79 59.787.981,35

Saldo dos recursos a utilizar

Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem ..... 3.326.250,96

Vinculados aos Municípios ..... 4.827,73

Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES, conforme convênio firmado com o Departamento Nacional de Estradas

de Rodagem, aprovado pelo  
 Dec. Legisl. 3.064, de 29/  
 /6/73 .....

23.089.157,28

26.420.235,97  
 \*\*\*\*\*

IV - Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns

Recursos proporcionados pela taxa instituída através da Lei 1.938, de 10/12/52

a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1972 ..... 3.923.918,96  
 b) No exercício de 1973 ..... 532.000,00  
 4.455.918,96

Menos

c) Recursos utilizados

Na integralização do capital da Companhia Estadual de Silos e Armazéns, despesa classificada no código 6.08 - Encargos Gerais do Estado ..... 532.000,00  
 Saldo dos recursos a utilizar ..... 3.923.918,96  
 \*\*\*\*\*

V - Empréstimo "Financiadora de Estudos e Projetos S.A. - FINEP" - Bacia Taquari-Antas - 2a. fase (Lei 6.162, de 31/12/70)

a) Produto recebido até 31/12/73 ..... 1.524.950,00  
 Saldo dos recursos a utilizar ..... 1.524.950,00  
 \*\*\*\*\*

VI - Quota-parte do imposto único sobre minerais do país  
 Recursos proporcionados pela quota-parte do imposto único sobre minerais do país

a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1972 ..... 495.142,26  
 b) No exercício de 1973 ..... 5.521.980,28  
 6.017.122,54

Menos

c) Recursos utilizados

Na integralização do capital da Companhia Rio-Grandense de Saneamento, despesa classificada no código 6.08 - Encargos Gerais do Estado ..... 5.400.000,00  
 Saldo dos recursos a utilizar ..... 617.122,54  
 \*\*\*\*\*

A soma algébrica dos elementos reais e potenciais ativos e passivos conduz ao descoberto financeiro acumulado, como se demonstra:

.....

.....

Ativo Financeiro

I - Real

Disponível .....	163.649.092,08	
Vinculado .....	8.924.659,57	
Realizável .....	<u>177.305.937,83</u>	349.879.689,48

II - Potencial

Empréstimos vinculados e créditos especiais abertos

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul (Lei 5.121, de 6/12/65)

1a. série - Dec. 17.806, de 16/2/66 .....	1.153.051,65
2a. série - Dec. 18.789, de 4/12/67 .....	92,80
3a. série - Dec. 18.873-B, de 30/12/67 .....	3.999.896,80
4a. série - Dec. 20.008, de 5/12/69 .....	10.000.000,00
5a. série - Dec. 20.571, de 30/9/70 .....	10.000.000,00
6a. série - Dec. 21.701, de 26/4/72 .....	28.928.000,00

Empréstimo em apólices Lei 5.162/65

Dec. 17.667, de 18/12/65 ..	3.033.100,00
-----------------------------	--------------

Empréstimo em apólices Lei 5.603/68

Dec. 19.363, de 7/11/68 ...	68.872.000,00
-----------------------------	---------------

Empréstimo em apólices Lei 6.054/70

Dec. 20.611, de 16/10/70 ..	93.202.940,23
-----------------------------	---------------

Empréstimo em apólices Lei 6.076/70

Dec. 20.721, de 27/11/70 ..	5.356.003,91
-----------------------------	--------------

Empréstimo em apólices Lei 6.079/70

Dec. 20.720, de 27/11/70 ..	17.999.000,00
-----------------------------	---------------

Empréstimo de financiamento "EMI Electronics Limited, c/ TV Educativa" (Dec.Legis. 2.811, de 26/11/70, e Lei 6.123, de 18/12/70) .....

675.241,96

Empréstimo em apólices Lei 6.132/70

Dec. 20.859, de 31/12/70 ..	11.831.300,24
-----------------------------	---------------

Empréstimo contratado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Lei 6.164, de 31/12/70 .....

491.384,70

.....

Empréstimo de financiamento "Burroughs Eletrônica Limita da, c/Equipamento" - Lei ... 6.395, de 7/7/72 .....	4.600.797,07	
Empréstimo em apólices Lei 6.452/72 Dec. 22.292, de 7/12/72 ...	99.332.072,49	
Empréstimo em apólices Lei 6.626, de 21/11/73 Dec. 22.823, de 22/11/73 ..	224.118.771,71	
Empréstimo Lei 6.657, de 12/ /12/73 .....	3.361.000,00	
Parcelas a realizar da renda do Departamento da Loteria do Estado		
Vinculada ao art. 9º da Lei 4.760/ /64 .....	259.414,64	
Vinculada ao art. 3º da Lei 4.631/ /63 .....	<u>152.661,20</u>	
	<u>412.075,84</u>	<u>587.366.729,40</u>
		<u>937.246.418,88</u>
		=====

Passivo Financeiro

I - Real

Restos a Pagar .....	361.549.317,95	
Serviço da Dívida a Pagar ...	44.198.042,50	
Depósitos .....	21.922.055,90	
Débitos de Tesouraria .....	694.926.365,87	
Diversos .....	<u>126.378.245,27</u>	1.248.974.027,49

II - Potencial

Créditos especiais transferi dos para 1974 .....	66.995.394,88	
Saldo a aplicar do Fundo de Participação dos Municípios (§ 8º do art. 23 da Constitui ção Federal) .....	51.096.858,30	
Saldo de recursos a utilizar da Taxa Rodoviária Única, par ticipação do Estado, Municí pios e Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES Vinculado ao Programa Es pecial de Vias Expressas - - PROGRES ..	23.089.157,28	
Vinculado ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem ....	3.326.250,96	

Vinculado aos Municípios .....	4.827,73	26.420.235,97	
Saldo dos recursos a utilizar da Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns .....		3.923.918,96	
Empréstimo "Financiadora de Estudos e Projetos S.A. - FINEP - Bacia Itaquari-Antas (Lei 6.162, de 31/12/70) .....		1.524.950,00	
Saldo dos recursos a utilizar da quota-parte do imposto Único sobre minerais do país		<u>617.122,54</u>	<u>150.578.480,65</u>
			1.399.552.508,14
			=====

## RESUMO

Passivo Financeiro .....	1.399.552.508,14
Ativo Financeiro .....	<u>937.246.418,88</u>
Descoberto Financeiro em 31/12/73 .....	<u>462.306.089,26</u>
	=====

A demonstração apresentada indica, de forma analítica, as origens e as alterações dos componentes potenciais.

Essa mesma operação pode ser efetuada de forma sintética. Para esse fim, conjuga-se a situação de 31 de dezembro de 1972 com as alterações verificadas no exercício sob exame, como segue:

I - Descoberto financeiro acumulado em 31/12/72 .....		459.558.958,73
Mais		
a) Crédito especial aberto em 1973, com recursos de exercícios anteriores .....		197.633,10
Menos		
b) Créditos especiais com recursos de exercícios anteriores, extintos por perda de vigência .....		1.380.388,23
c) Crédito especial com recursos de exercícios anteriores, cancelados por redução .....		<u>197.633,10</u>
Descoberto Financeiro de 1972, retificado .....		468.178.570,50
II - Deficit dos recursos do Fundo Geral		
a) Créditos especiais com recursos do Fundo Geral de 1973, transferidos para 1974 ....	48.334.394,88	
Menos		
b) Superavit da gestão dos recursos do Fundo Geral do exercício de 1973 .....	<u>44.206.878,12</u>	<u>4.127.518,76</u>
Descoberto Financeiro em 31/12/73 .....		<u>462.306.089,26</u>
		=====

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As funções básicas da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado compreendem o processamento da escrituração de todos os fatos da gestão econômico-financeira e o levantamento do Balanço Geral.

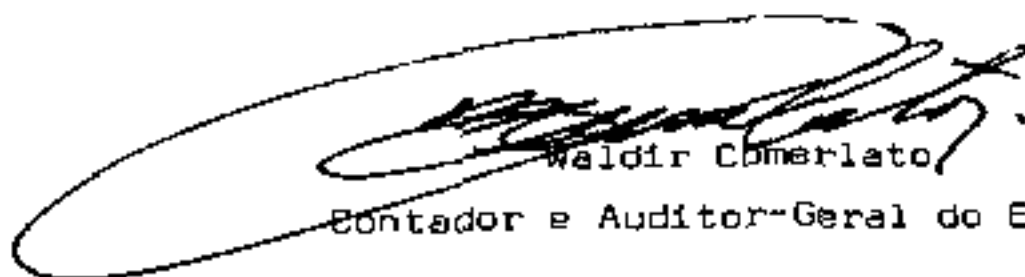
Concluindo esta exposição, esgotam-se as mencionadas atribuições no que respeita ao exercício de 1973.

Além desses encargos, todavia, foi cometida a este Órgão, através do Decreto nº 22.324, de 30 de dezembro de 1972, outra incumbência de particular relevância, que se constitui na auditoria contábil da Administração Direta e Indireta. Essa importante função foi implantada no ano sob exame, com a instalação da Divisão de Auditoria e de duas Auditorias Setoriais.

O ano de 1973 assinalou, outrossim, o transcurso do Jubileu de Prata da criação deste Órgão. A passagem de tão significativo marco traduziu-se em estímulo, para todos quanto labutam neste setor, a buscar, em grau cada vez maior, o aperfeiçoamento dos serviços.

Ao concluir, Senhor Secretário, permitimo-nos externar nosso reconhecimento ao corpo de servidores desta Contadoria e Auditoria-Geral, pelo seu elevado espírito público e dedicação ao trabalho.

A Vossa Excelência expressamos nossos agradecimentos pela atenção e apoio com que distinguiu este Órgão.

  
Waldir Comerlato  
Contador e Auditor-Geral do Estado